

475 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA

# bispos

RETRATOS  
DE DOS BISPOS  
ANGRA

17 - Outubro - 2009 - 31 - Janeiro - 2010

Museu de Angra do Heroísmo - Sala do Capitão

Bulla da Creação  
Anno de 1534

AN I



*ficha técnica ~ exposição*

produção	Museu de Angra do Heroísmo   2009
coordenação	Jorge A. Paulus Bruno
execução	Francisco Pedroso de Lima
actividades educativas	Ana Lúcia Almeida
montagem	Norberto Bettencourt
apoio	Augusto Vilaça, Denatilde Silva, Eleutério Pimentel, Iria Lima, João Baptista, Lurdes Sousa e Susana Oliveira
colaboração/agradecimento	Sé de Angra

*ficha técnica ~ catálogo*

edição	Museu de Angra do Heroísmo   2009
coordenação	Jorge A. Paulus Bruno
textos	Susana Goulart Costa – “475 Anos de Memória: Percursos de uma Diocese Atlântica” Francisco Pedroso de Lima – sínteses biográficas
revisão de texto	Ana Lúcia Almeida
fotografia	J. Guedes da Silva   Direcção Regional da Cultura
colaboração/agradecimento	Centro de História Além-Mar (CHAM) – Universidade Nova de Lisboa   Universidade dos Açores
design/execução gráfica	Angelina Caixeiro   ColorEstúdio
isbn	978-989-95393-6-5
depósito legal	XXXXXXXXXXXX

# bispos

475 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA

RETRATOS  
DE DOS  
BISPOS  
ANGRA

*17 ~ Outubro ~ 2009 · 31 ~ Janeiro ~ 2010*  
*Museu de Angra do Heroísmo · Sala do Capitulo*

RETRATOS DE BISPOS DE ANGRA

475 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA  
**bispos**



Jorge A. Paulus Bruno  
Director do Museu de Angra do Heroísmo

*A passagem do 475.<sup>o</sup> aniversário sobre a criação da diocese de Angra em 3 de Novembro de 1534 é uma efeméride a que o Museu de Angra do Heroísmo não podia deixar de se associar, desde logo por ser uma instituição onde não só os planos local, regional, nacional e mundial se cruzam como se completam, mas também por ser um espaço de evocação de memórias.*

*Recorde-se que pouco menos de três meses antes da criação da diocese, a 21 de Agosto, D. João III elevava a vila de Angra à condição de cidade, coincidência que não resultou de mero acaso. Com efeito, já no burgo angréense se havia instalado, em 1503, a sede da corregedoria das ilhas, o que lhe conferiu uma centralidade e primazia sobre as demais vilas açorianas. Angra, agora, seria a primeira cidade do arquipélago, cabeça do governo temporal e espiritual das ilhas.*

*Das várias possibilidades que se proporcionaram, o Museu de Angra do Heroísmo optou por assinalar os 475 anos da diocese de Angra com uma exposição que tem por base os retratos dos seus antístites. Até à actualidade governaram a diocese trinta e oito bispos. Porém, nesta exposição estão representados trinta e sete, pois do décimo oitavo, D. João de Brito e Vasconcelos, não existe retrato uma vez que, nomeado para o cargo no ano de 1718, faleceu nesse mesmo ano quando se preparava para embarcar para os Açores.*

*A apresentação destes retratos na Sala do Capítulo deste Museu é assumida sob a forma de galeria de retratos, dada não só a sua quantidade como também a ausência de excepcional qualidade artística e técnica de qualquer um deles. Apenas se desconhece a autoria de três retratos (óleos s/tela) de prelados do século XIX. Os primeiros vinte e dois são da autoria de um retratista que os pinta (óleos s/tela) no século XVIII e assina Stanislaw, um (óleo s/tela) é da autoria de Marini (séc. XIX), dois (oleogravuras) são do retratista A. Alves (1954 e 1960) e os restantes nove (acrílicos s/ tela) são de Sergey Ilchenko, datados já do século XXI.*

*Este valioso património pertence à Sé de Angra, a quem é devido o registo de um agradecimento pela aceitação da proposta efectuada pelo Museu de Angra do Heroísmo no sentido do seu empréstimo com o objectivo de constituir esta exposição.*

*Também deve ser formulado um reconhecimento à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo pelo empréstimo das importantes espécies documentais relacionadas com a diocese de Angra que enriquecem e completam esta exposição, com destaque para a cópia autêntica da bula Aequum reputamus (Évora, 12 de Outubro de 1535) e para o exemplar das Constituições Sinodais do Bispado Dangra (1560).*

*No presente catálogo, reproduzem-se todos os retratos que integram esta exposição, acompanhados de um breve registo biográfico, na convicção de que, assim, se torna mais acessível ao público o seu conhecimento. Enriquece e qualifica ainda este catálogo o texto da autoria da professora e investigadora Susana Goulart Costa, intitulado “475 Anos de Memória: Percursos de uma Diocese Atlântica”, a quem também o Museu de Angra do Heroísmo fica muito grato.*

*Creemos que se cumpre, deste modo também, a missão desta instituição de informação e de formação, de memória e de inspiração, através da qual as pessoas podem aprender, recrear-se, recordar e usufruir e igualmente questionar, confrontar e inquirir os caminhos do futuro e da novidade.*

RETRATOS <sup>1</sup> BISPOS  
2 ANGRA



Susana Goulart Costa  
Centro de História de Além-Mar  
Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores

### *475 Anos de Memória: Percurso de uma Diocese Atlântica*

#### *1. Fundar e Manter*

*A 5 de Novembro de 1554, o Papa Paulo III fundou a diocese de Angra pela bula Aequum reputamus. Este era o resultado esperado dos esforços encetados pelo rei D. João III desde 1552, que pretendia criar diversos bispados na ampla área de domínio da monarquia portuguesa, nomeadamente nos arquipélagos atlânticos dos Açores, Cabo Verde, São Tomé e ainda na longínqua Goa. Os lapsos do texto da Santa Sé, que por duas vezes localiza a igreja de São Salvador, sede da nova diocese, na ilha de São Miguel, apenas dão conta de como Roma ainda não dominava a geografia da expansão portuguesa<sup>1</sup>.*

*Pelo inverso, no contexto nacional não havia margem para ambiguidades. A proeminência da Alfândega angrése perante as demais estava garantida desde 1499 e a Corregedoria*

das ilhas encontrava-se sedeada em Angra desde 1503. A elevação da vila de Angra à categoria de cidade, a 21 de Agosto de 1534, expressava bem que, na perspectiva régia, não havia dúvidas sobre a localização da nova Sé. Aliás, a proeminência geopolítica da Terceira no século XVI será determinante para a definição de uma fronteira entre a sede diocesana e as demais áreas sob a sua tutela. Por isso, desde os primórdios da diocese, os antecessores não se intitulam como bispos dos Açores, mas sim como “Bispos de Angra & Mais Ilhas dos Açores” ou somente como “Bispos de Angra”. Neste contexto, compreende-se que os símbolos diocesanos teriam que espelhar a centralidade angrense. Deste modo, na década de 1560, as ordens do rei para a ampliação do edifício da Sé de Angra ameaçam os trabalhadores que não comparecerem nas obras com penas duras, designadamente o pagamento de vinte cruzados e degredo de um ano para África <sup>2</sup>.

A criação da diocese de Angra inaugura uma nova etapa da jurisdição espiritual das ilhas açorianas, e que se mantém operacional até aos nossos dias. Depois da tutela dos Priores da Ordem de Cristo (exercida desde a descoberta do arquipélago até 1514) e da dos Bispos do Funchal (desempenhada no período de 1514 a 1534), caberá desde então ao bispo de Angra a superintendência espiritual das nove ilhas, obviamente inserida no quadro orientador delineado pela hierarquia romana. É neste contexto que, em 1559, se realiza o primeiro e único Sínodo dos Açores. Sob a coordenação do

prelado dominicano D. Frei Jorge de Santiago, que participara numa das sessões do Concílio de Trento, o Sínodo regulamentou práticas catequéticas e sacramentais e debate, entre outros assuntos, as obrigações do corpo sacerdotal; as utilizações dos espaços religiosos; as estratégias para a salvaguarda do património religioso; e as directrizes de comportamento dos fiéis (condenando os sacrilégios e o exercício da feitiçaria, da usura, da prostituição, entre outras práticas). Os seus resultados foram fixados nas *Constituições Sinodais*, publicadas em 1560, e que substituíram o regulamento da diocese do Funchal até então em vigor <sup>3</sup>.

Por sua vez, aos bispos de Angra não foram vinculadas as competências de ordem temporal. Assim, enquanto Santa Maria, Flores e Corvo foram incorporadas em duas Comendas, competindo aos comendatários receber o dízimo <sup>4</sup> e reinvesti-lo em prol das estruturas religiosas destas três ilhas, as restantes seis parcelas do arquipélago ficaram dependentes do Governador da Ordem de Cristo. A partir de 1495, com a subida ao trono português do Grão-Mestre da Ordem, D. Manuel, as competências do Governador da Ordem de Tomar são adicionadas às responsabilidades régias, situação que se mantém com a fundação da diocese de Angra. Portanto, pertencia aos comendatários e ao poder monárquico (na qualidade de administrador da Ordem de Cristo) a designação e o sustento dos agentes religiosos (Bispos, Cabidos, Párocos, Curas, Tesoureiros, Beneficiados...) e a construção, manutenção e ornamentação dos

edifícios religiosos (sinos, altares, sacristias, altar-mor, confessionários...), tarefa que partilhava com os fiéis.

O sustento material do Estado português para com a diocese açoriana mantém-se até à I República. De facto, após uma primeira etapa de ebulição trazida pelo advento do Liberalismo, a Monarquia Constitucional manterá a sua intervenção na estrutura diocesana, pois a apresentação dos bispos e dos sacerdotes continua uma responsabilidade do Estado constitucional e o seu sustento financeiro é assegurado pelo orçamento público. Só com a implantação da República, em 1910, por via do radicalismo de cariz secularizante que ela instaura, é que finda o apoio estatal. Por consequência, a Lei de Separação entre Igreja e Estado, promulgada a 20 de Abril de 1911, provoca uma situação inédita no arquipélago, pois pela primeira vez, desde a sua fundação, a diocese deixa de estar economicamente dependente do poder político <sup>5</sup>. Ao deixar de ser um Estado Confessional, o Estado Português deixa de se responsabilizar pelo provimento e conservação dos templos e outras instituições religiosas, bem como pela subsistência dos seus agentes. Por isso, em 1912, as autoridades angrenses criam um “Conselho Diocesano de Assistência ao Culto e Clero”, precisamente para garantir o sustento material da Igreja açoriana com base nas doações dos católicos feitas em dinheiro ou géneros <sup>6</sup>. Desde então, a sobrevivência da Igreja ficou dependente das dadas dos católicos e da disponibilização de vários serviços às

<sup>1</sup> Frei Agostinho de Montalvém, *Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural da Ponta Delgada, 1988, III: 262-263.

<sup>2</sup> Susana Goulart Costa, “A Igreja: implantação, práticas e resultados” in *História dos Açores: Parte I. Gênesis e afirmação de uma nova sociedade (1450-1642)*, Angra do Heroísmo, IAC, 2008: 173-198.

<sup>3</sup> Adicionalmente, os estudiosos podem ter conhecimento das Constituições que foram impressas pelo jornal semanário angrense O Católico, durante o período de 16 de Abril de 1881 a 10 de Novembro de 1884. A

colecção destas normas, cujo frontispício tem a data de 1881, tem anotações do bispo D. João Maria Pereira do Arrabal e Pimentel (1871-1889), embora, como bem alerta Isata da Rosa Pereira, estes apontamentos devem passar algumas actualizações, como é o caso da disciplina relativa ao sacramento do Matrimónio, que foi modernizado no final do Concílio de Trento (cf. Isata da Rosa Pereira, “As Constituições Sinodais de Angra de 1559”, *Actas do Colóquio Internacional Os Açores e o Atlântico (séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984: 809-824).

<sup>4</sup> O dízimo eclesiástico é um tributo concedido à Igreja por todos os cristãos, no valor da décima parte dos

rendimentos agrícolas, para garantir o sustento dos sacerdotes e a reconstrução da igreja. No contexto da implantação do Liberalismo, este imposto é extinto no reino em 1832 e nos Açores em 1858.

<sup>5</sup> Maria Fernanda Dias Teixeira Eres, “Angra do Heroísmo, Diocese de” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000: 1: 62-79.

<sup>6</sup> Susana Goulart Costa, “A Igreja, Religiosidade e Estado” in *História dos Açores: Parte V. Monarquia, República e Estado Novo: a adaptação às mudanças e o inconformismo com as diferenças (1895-1976)*, Angra do Heroísmo, IAC, 2008: 359-383.

comunidades (lares, creches, asilos...). A semelhança do que sucedeu em outras dioceses do país, o objectivo foi garantir o quotidiano dos serviços religiosos, a manutenção dos edifícios e outras estruturas religiosas e ainda o sustento dos sacerdotes e agentes da diocese, situação que se perpetua até à actualidade, com óbvias especificidades cronológicas.

## 2. Os “Bispos de Angra & Mais Ilhas dos Açores”

Como Padroeiros da diocese de Angra, os reis de Portugal apresentavam aos Papas os nomes dos prelados, que teriam de ser providos depois por Roma, num modelo semelhante ao das dioceses continentais.

A escolha dos bispos dependia de duas premissas básicas. Uma primeira respeitava a capacidade do nomeado: a formação académica, a qualidade pastoral, os percursos na malha interina da Igreja e o desempenho em cargos de relevância da administração laica ou religiosa eram factores a considerar na selecção. Uma segunda prendia-se com a familiaridade dos candidatos na terra régia, na medida em que a via do clientelismo era essencial para aqueles que pretendiam ser beneficiados com alguma diocese. Com efeito, o rei não decidia sozinho, sendo habitual a consulta de ministros, aristocratas, eclesiásticos e outros poderosos que davam pareceres que podiam abonar ou não a favor de determinados nomes<sup>7</sup>.

Designados os nomes dos novos prelados, os monarcas publicitavam o grau de confiança nos novos agentes diocesanos, conferindo-lhes dioceses de maior ou menor prestígio e tarefas

de maior ou menor relevância. Veja-se o caso de D. Frei Lourenço de Castro, que foi o primeiro bispo nomeado para Angra ao fim de 34 anos de Sé vacante, no contexto da Restauração. Depois de ocupar o cargo de Pregador da Capela Real e de ser uma das testemunhas do julgamento contra D. Afonso VI, é designado pelo príncipe D. Pedro para a diocese de Angra, em 1671, cidade onde estava preso o rei deposto há já dois anos. Ora, em 1678, apenas quatro anos depois do regresso de D. Afonso VI ao reino, D. Frei Lourenço de Castro foi convidado a ir para Lisboa e, em 1681, foi premiado com a diocese de Miranda, onde veio a falecer em 1684. Por sua vez, a designação de Frei Valério do Sacramento, em 1738, denota a influência de Frei Gaspar da Encarnação sobre D. João V, que conseguia colocar na direcção de diversas dioceses continentais e ultramarinas indivíduos simpatizantes do movimento da Jacobea<sup>8</sup>. Já no reinado de D. José I, a figura dos prelados ilhenses foi realçada, tornando-se os legítimos substitutos do Capitão General, perante a ausência ou inexistência deste<sup>9</sup>. Assim, apercebemo-nos que os bispos eram extremamente dependentes do poder monárquico (absolutista e constitucional), enquanto a Coroa utilizava os prelados como executores da sua política.

O processo de laicização formalizado com a República e os sucessivos Acordos e Concordatas entre o Estado Português e a Santa Sé reduziram, mas não anularam, a interferência do poder político na nomeação episcopal. Aliás, a Constituição de 1955 fixou um Estado laico, mas uma Nação católica, concepção fundamental para o exercício da política ultramarina do Estado Novo. Por isso, com a Concordata de 1940, Roma era

obrigada a informar o Estado Português do nome que pretendia nomear, a fim de saber se este tinha objecções de carácter político. Aliás, a vigência da pré-notificação, anulada apenas há cinco anos, provocou algumas situações conflituosas, particularmente durante o período do Estado Novo<sup>10</sup>.

É neste enquadramento que podemos apreciar os 38 bispos que governaram [e governa] a diocese açoriana ao longo dos seus 475 anos de história, sobre os quais apresentamos cinco breves indicadores<sup>11</sup>. Primeiro, entre todos, 35 são naturais do continente português. Dos restantes três, um nasceu no Brasil, designadamente o segundo, D. Agostinho Ribeiro, que governou a diocese no decurso da Dinastia Filipina, entre 1614 e 1621; e dois são naturais do arquipélago dos Açores:

D. Alexandre da Sagrada Família, que nasceu na ilha do Faial em 1737; e o actual bispo, D. António de Sousa Braga, que nasceu na ilha de Santa Maria em 1941. Este fenómeno ilustra bem a nacionalização do quadro das prelaturas regionais e reflecte o processo de centralização política decorrente em Portugal desde finais do século XV, que confirma a crescente autonomia do Estado Português no seio de uma Europa cada vez mais poderosa<sup>12</sup>.

Segundo, entre todos os bispos, apenas 11 (28,9%) pertencem a Ordens Religiosas, entre Franciscanos, Dominicanos e Jesuítas. A maioria destes (nove dos onze) é designada até 1799, em período de Monarquia Absoluta, e os restantes dois exercem as suas funções pastorais na época complexa do Liberalismo<sup>13</sup>. A instabilidade das Ordens Religiosas, expulsas de Portugal nas décadas de 1850 e de 1910, conduziu ao predomínio dos prelados seculares, cujo suporte institucional era, talvez, mais dialogante com o poder político.

<sup>7</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.

<sup>8</sup> Susana Goulart Costa, *Viver e Mimir Religiosamente. São Miguel, século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

<sup>9</sup> Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas monarquias de Sotomaior (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, 1: 462.

<sup>10</sup> A Concordata de 2004 anula esta cláusula, passando Roma a limitar-se a informar o Governo Português da nomeação episcopal.

<sup>11</sup> Para as biografias dos prelados açorianos, veja-se o presente catálogo e os sites na Internet: <http://www.icclemia.pt/azora> e <http://pg.azores.gov.pt/azora/>.

<sup>12</sup> Só com a Concordata de 2004 é que a abrangibilidade dos bispos tem nacionalidade portuguesa deixa de estar em vigor.

<sup>13</sup> Nomeadamente D. Frei Manuel Nicolau de Almeida (1819-1825) e D. Frei Estácio de Jesus Maria da Costa (1827-1870).



*Terceiro, entre os 25 prelados dos quais possuímos informações fiáveis sobre o seu percurso académico, 17 têm formação em Cânones e 10 em Teologia. Esta constatação indica que os Açores não foram considerados como uma área de missão por excelência, considerando que, em zonas do Império onde concorriam outras religiões, a formação teológica era considerada importante para a sedimentação do Catolicismo. A matriz metropolitana do povoamento das ilhas exigiu dos antístites regionais um desempenho mais regulador e com menores exigências ao nível de conversões religiosas.*

*Quarto, a idade média de provimento dos prelados é de 54,2 anos, oscilando entre os 35 anos de D. João dos Prazeres e os 78 anos que tem D. Alexandre da Sagrada Família quando é designado bispo dos Açores. A maturidade etária da maioria dos escolhidos para a Sé de Angra é também comprovada pelo seu historial profissional e académico, apresentando um currículo diversificado ao serviço da Coroa e da Igreja nacional: professores universitários, reitores de colégios, membros da Inquisição, desembargadores, vigários-gerais...*

*Por último, observamos que a maior parte dos prelados alcança o topo da sua carreira nos Açores. Entre os 37 bispos, 27 morrem como detentores da dignidade episcopal açoriana e apenas três resignam o cargo. Aliás, esta "fidelidade" à Sé de Angra é compreensível se considerarmos que 84,2% dos prelados assume nos Açores a sua primeira prelatura. Apenas seis bispos já tinham governado outras dioceses, nomeadamente as de Ceuta, Angola, Olinda, Malaca, Macau e Meliapor. Este dado reflecte como o bispado açoriano era mais desejável do que outras dioceses ultramarinas. Geograficamente mais perto do reino (em comparação com Malaca, Rio de Janeiro ou*

*Luanda), com um clima menos insólito (em comparação com Cabo Verde, Guiné ou São Tomé) e com uma população católica de elevada homogeneidade (em comparação com a do Japão, de Goa ou de Cochim), a diocese angrense tinha mais atractivos e, portanto, tornava-se mais apetecível do ponto de vista da carreira episcopal<sup>14</sup>. O protagonismo da diocese dos Açores entre as não metropolitanas é comprovado ainda pelo facto dela ter permitido a ascensão directa de sete bispos para dioceses continentais. Depois de passarem pela Sé de Angra, dois prelados vão ocupar a diocese do Porto, dois vão para a de Lamego, outros dois para a de Miranda e um torna-se bispo de Leiria. Isto significa que, para os bispos do Império português, a diocese de Angra & Mais Ilhas dos Açores é a primeira fronteira ultramarina e, portanto, o melhor trampolim para alcançar o sonho de se ser bispo do reino<sup>15</sup>.*

### *3. O exercício episcopal nos Açores*

*Ao longo dos seus 475 anos, o carácter arquipelágico da diocese de Angra exigiu uma gestão eficiente por parte dos seus governantes. O primeiro desafio prende-se com a coordenação de uma instituição que tem alçada sobre nove ilhas distintas. Até finais do século XIX, o recorte agressivo da maioria das costas insulares, a precariedade dos portos e a incipiência dos meios de transporte marítimos dificultaram a presença pessoal dos prelados. Apesar da Reforma Tridentina advertir que os bispos deveriam visitar as suas paróquias todos os anos, esta norma não era concretizável nos Açores. A título de exemplo, desde o povoamento até ao final do século XIX, a ilha de São Jorge apenas foi visitada pelo bispo três vezes, em 1664, 1675 e*

*1890. Se os prelados tentavam fazer com que a sua existência não fosse esquecida, fazendo-se representar por Delegados Visitacionais e por Ouvidores, a verdade é que a visita pessoal do bispo adquiria um efeito inigualável junto das comunidades locais. O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações do século XX reconfiguraram a relação entre a hierarquia religiosa e as comunidades católicas, particularmente úteis perante a proliferação de outras confissões religiosas e o avolumar do processo de laicização e de indiferentismo.*

*Outro desafio relevante consiste na modernização pastoral, de forma a dar resposta às mutações de âmbito social e cultural. Norteados pelas decisões oriundas da Santa Sé, tornava-se-lhes imprescindível fazer adaptações pontuais, capazes de satisfazer as características regionais, e apresentar alguma habilidade no diálogo com outras entidades religiosas (como os Cabidos, os Conventos, as Confrarias, as Misericórdias ou as múltiplas Associações de Apostolado Leigo que se fundam nos Açores a partir de meados do século XIX) e seculares (como as Câmaras Municipais e os poderes políticos regionais e nacionais). Neste exercício, o programa de modernização da diocese de Angra, em muito semelhante aos das suas congéneres metropolitanas, foi sendo sempre actualizado. Assim, no século XVI, esforçou-se por aplicar as determinações do Concílio de Trento; no século XVII, tentou responder às crises económicas em curso e às investidas protestantes de vários países europeus; no século XVIII, esforçou-se por racionalizar o discurso e a prática religiosa na óptica de um individualismo que progredia; no século XIX, teve de lidar com o processo de laicização da sociedade e defender a Doutrina Social da Igreja<sup>16</sup>; e no século XX, tentou dialogar com o processo de*

<sup>14</sup> José Augusto Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, 1960, t. 1: 121, 134-140, 151-152. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Portugal, Lisboa, Portugalense Editora/Livraria Civilização, 1988: 682.

<sup>15</sup> É decerto a diocese do Funchal, mas não tivemos acesso a informações comprovativas.

<sup>16</sup> Bem divulgada na Enciclica *Forum Novarum*, do 1891, do Papa Leão XIII.

democratização da sociedade açoriana, sem perder a sua identidade centralizadora. Em todo este percurso, há dois exemplos que nos parecem elucidativos do esforço de modernização.

*Primeiro exemplo: o investimento na formação dos candidatos a presbíteros. Educados por franciscanos, dominicanos e jesuítas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, os candidatos a clérigos viram reforçada a sua formação através da fundação do Seminário de Angra, em 1862, oportunamente criado num período em que o ensino religioso se encontrava em estado de negligência face à expulsão das Ordens Religiosas. Já no século XX, a apetência pela vida clerical e as exigências diocesanas conduziram à inauguração do Seminário Menor, na ilha de São Miguel, que inicia a sua actividade no ano lectivo de 1956-1957.*

*Segundo exemplo: a actualização dos meios de comunicação vigentes em cada época. Com o desenvolvimento da imprensa a partir do Renascimento, a diocese fez questão de se adaptar a esta tecnologia, ordenando a impressão dos textos que considerava mais preciosos (como é o caso das Constituições Sinodais, impressas em 1560) e, já mais tarde, garantindo a proliferação de documentação diversificada, como se comprova pela publicação do Boletim Eclesiástico dos Açores, a partir de 1872, e que ainda hoje se publica. Ainda no século XIX, perante o disseminar da imprensa periódica no arquipélago dos Açores, a diocese de Angra reage, como as suas congéneres continentais. A compra do jornal A União (Terceira), em 1924; e o apadrinhamento de outros títulos como A Actualidade e A Crença (São Miguel), Sinos d'Aldeia (Pico) ou O Dever (São Jorge) <sup>17</sup>, entre muitos outros, ilustram a plena consciência que a diocese tinha sobre a eficácia deste meio de comunicação junto*

*de uma população composta por cada vez menos analfabetos. Mais recentemente, a utilização das tecnologias de informação digital continua a fazer parte das preocupações diocesanas, que aparenta estar sensível a outras metodologias de evangelização.*

*A insularidade e a fragmentação da diocese açoriana também foram positivamente utilizadas em diversas circunstâncias. O distanciamento entre as ilhas e as fragilidades dos meios de transporte permitiam o isolamento das autoridades diocesanas, sempre que estas o desejavam. Tal é o caso de D. Pedro de Castilho. Apoiante da causa de Filipe, rei de Castela, criou múltiplos antagonismos com o corregedor da cidade terçoirensis, Ciprião de Figueiredo, adepto de D. António, prior do Crato. No contexto buliçoso de 1581, D. Pedro de Castilho optou por ir para São Miguel, a pretexto de efectuar uma visita pastoral. Nunca mais regressará à ilha Terceira e a vitória de D. Filipe irá beneficiá-lo com a nomeação para o bispado de Lázria, logo em 1583. Já no século XIX, o período de guerra civil também envolverá D. Frei Estêvão de Jesus Maria. Designado como bispo de Angra em 1825, a sua defesa da causa miguelista impede-o de viajar para a Terceira, baluarte dos liberais. Em 1830, acalmada a agitação política, a rainha D. Maria II autoriza que D. Frei Estêvão tome posse efectiva da diocese. Todavia, o destino deste bispo não será a cidade de Angra, mas a ilha de São Miguel, onde permaneceu durante dezasseis anos <sup>18</sup>. Por último, veja-se o caso do Vigário Capitular de Angra <sup>19</sup>. A sua resistência à implantação da República levou a que o Governo Republicano ordenasse, em Setembro de 1912, o seu exílio para o distrito de Ponta Delgada, onde esteve por dois anos.*

*Estes últimos exemplos ainda ilustram como a figura episcopal, apesar de relevante, não era essencial ao funcionamento da diocese. Em períodos de Sé vacante ou perante as ausências dos prelados da ilha Terceira, o cabido continuava, em Angra, a gerir a máquina burocrática que sustentava a estrutura religiosa. O cabido continuava a certificar-se de que a diocese era, indubitavelmente, a de "Angra & mais ilhas dos Açores", cuja existência não dependia da residência pessoal dos prelados na mais antiga cidade açoriana.*

#### 4. Percursos futuros

*O processo de mutação cultural que a Revolução de 25 de Abril de 1974 provocou em Portugal, ao nutrir o exercício de liberdade individual, gerou problemas religiosos que não se esgotam no fenómeno da laicização. Para garantir a sua sobrevivência, a Igreja permitiu a radiação dos seus organismos e a emergência de grupos com uma autonomia conscienciosa que, por vezes, se distanciaram das directrizes da hierarquia, microrganismos internos que questionaram e questionam o papel da Igreja dos Açores na actualidade. A lei de Liberdade Religiosa de 26 de Abril de 2001 e a assinatura da Concordata de 2004 implicam contornos que envolverão a diocese de Angra, perante os fenómenos do envelhecimento da população regional, da imigração e da secularização. Aliás, a modernização da Região em resultado dos apoios europeus e a crescente pluralidade de valores e comportamentos espera respostas da Igreja, exigência que não lhe é apenas direccionada por entidades ou individualidades externas, mas também oriunda de múltiplos movimentos católicos regionais <sup>20</sup>. A gestão de todo este panorama teórico e prático será o desafio da diocese dos Açores no século XXI.*

<sup>17</sup> Em 1938, o jornal seria transferido para as Lojas do Pico.

<sup>18</sup> O cônego José Augusto Pereira apresenta uma justificação de ordem económica, referindo que o prelado estava unicamente dependente da parcela da congrua episcopal paga pela ilha de São Miguel. Só

quando a Ilha Terceira se decide a contribuir com a sua parte para o sustento episcopal é que D. Frei Estêvão se transfere para Angra (José Augusto Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andradão, 1960, 1: 325 e 328).

<sup>19</sup> A Sé de Angra encontrava-se vacante.

<sup>20</sup> Tal como se observa no panorama nacional (cf. Paulo de Oliveira Fontes, "O Catolicismo Português no século XX: da Separação à Democracia" in *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, 3: 181-331).

475 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA

# Bispos

RETRATOS  
DE DOS  
BISPOS  
ANGRA

1. *D. Agostinho Ribeiro*
2. *D. Rodrigo Figueira*
3. *D. Frei Jorge de Santiago*
4. *D. Manuel de Almada*
5. *D. Nuno Álvares Pereira*
6. *D. Gaspar de Faria*
7. *D. Pedro de Castilho*
8. *D. Manuel de Gouveia*
9. *D. Jerónimo Teixeira Cabral*
10. *D. Agostinho Ribeiro II*
11. *D. Pedro da Costa Leal*
12. *D. João Pimenta de Abreu*
13. *D. Frei António da Resurreição*
14. *D. Frei Lourenço de Castro*
15. *D. Frei João dos Prazeres*
16. *D. Frei Clemente Vieira*
17. *D. António Vieira Leitão*
18. *D. João de Brito Vasconcelos*
19. *D. Manuel Álvares da Costa*
20. *D. Frei Valério do Sacramento*
21. *D. António Coetano da Rocha*
22. *D. Frei João M. dos Santos Homem Aparício*
23. *D. Frei José da Ass-Maria L. da Costa e Silva*
24. *D. José Pegoado de Azevedo*
25. *D. Frei Alexandre da Sagrada Família*
26. *D. Frei Manuel Nicolau de Almeida*
27. *D. Frei Ezequiel de Jesus Maria*
28. *D. João M<sup>o</sup>. P. de Amaral e Pimentel*
29. *D. Francisco M<sup>o</sup>. do Prado Lucena*
30. *D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito*
31. *D. José Manuel de Carvalho*
32. *D. José Correia Cardoso Monteiro*
33. *D. Manuel Damasceno da Costa*
34. *D. António A. de Castro Mairinhas*
35. *D. Guilherme A. Indício da G. Guimarães*
36. *D. Manuel Afonso de Carvalho*
37. *D. Aurélio Granada Escalveiro*
38. *D. António de Sousa Braga*



## RETRATOS dos BISPOS de ANGRA

# bispos

EXHIBIÇÃO DE OBRAS

1. ***D. Agostinho Ribeiro***  
óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 736
2. ***D. Rodrigo Pinheiro***  
óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 737

As sínteses biográficas que se seguem tiveram por base os sítios da Internet <http://www.ecclesia.pt/angra> e <http://pg.azores.gov.pt/drac/ccu/> e as obras de José Augusto Peretra, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, 1 e 2, Angra do Heroísmo, Lyrarta Editora Andrade, 1960 e de Valdemar Mota, *Notas Históricas sobre Bispos Açorianos*, 2ª edição, Ponta Delgada, Centro Paroquial Social da Ribeira Chã, 1988 e *Santa Sé do Salvador Igreja Catedral dos Açores*, 2ª edição, Angra do Heroísmo, Sé de Angra, 2007.



### D. Agostinho Ribeiro, 1.º bispo de Angra,

nasceu em Lisboa, em 1483. Era filho de Martim Ribeiro, escrivão da Casa da Índia e de D. Maria de Carvalho, pessoas abonadas e da média nobreza. Ingressou na Congregação de S. João Evangelista, nos grades dos Lotos, da qual foi Provincial por duas vezes. Após o falecimento de um dos seus irmãos em Lisboa, teve conhecimento do alegado abandono espiritual em que vivia a população da ilha do Corvo, sem instrução religiosa nem a graça dos sacramentos. Munido-se das necessárias licença e jurisdição que lhe conferira D. Martinho de Portugal, então arcebispo de Braga, foi ordenado sacerdote e veio a exercer, na referida ilha, nos Açores, o cargo de seu primeiro pároco, missão sacerdotal que levou a cabo com plena seriedade e empenhamento.

Apesar da ingrata atitude dos corvenses, quando voltou a Lisboa, onde recebeu o hábito dos cônegos seculares de S. João Evangelista, continuou a advogar, junto do rei, os interesses e necessidades espirituais daquela e das restantes ilhas açorianas. A isto, deverá ter ficado a dever-se o facto de o monarca ter proposto, junto do arcebispo, intermediário com a Santa Sé, a sua nomeação para bispo de Angra, agora criada diocese, com o título do Salvador, pelo papa Paulo III, a 3 de Novembro de 1534, através da bula *Aequum reputamus*.

Erigido o referido bispado, foi-lhe dada por catedral a igreja da dita invocação na cidade de Angra, ainda sufragânea do Funchal. Tomou posse a 24 de Junho de 1535, mantendo o cargo de provedor do Hospital e tendo partido, logo que pôde, para o arquipélago, pela segunda vez, onde, com a autoridade que lhe cabia, organizou um regulamento do serviço capitular e paroquial da Sé.

Após dois meses de serviço na ilha de S. Miguel, regressou a Lisboa, onde foi designado reitor da Universidade de Coimbra, por provisão, passada a 27 de Outubro de 1538 (embora já exercesse o cargo desde 8 de Novembro do ano anterior), continuando como bispo de Angra. A 3 de Agosto de 1540, foi transferido, como bispo, para a diocese de Lamego e aqui permaneceu como inquisidor, auxiliado por D. Manuel de Almada, cônego da Sé de Lisboa. Morre em Lamego a 27 de Março de 1549.



### D. Rodrigo Pinheiro, 2.º bispo de Angra,

governou a diocese de 1540 a 1552. Foi igualmente 38.º bispo do Porto, de 1552 a 1572. Era filho de D. Diogo Pinheiro, Prior de Tomar e 1.º bispo do Funchal, e neto do Dr. Pedro Esteves e de Isabel Pinheiro.

Foi doutor *in utroque jure* pela Universidade de Coimbra, sendo depois ordenado clérigo e iniciando uma carreira eclesiástica que o levou ser nomeado em 1528 para abade de Santa Martinha de Ferretó, de Touguinha e de São Martinho de Soago (hoje Soajo, em Arcos de Valdevez), tudo abadias do Padroado Real. Em 1539, foi nomeado pelo rei D. João III para o conselho geral do Santo Ofício e para desembargador da Casa do Cível.

O papa Paulo III confirmou o bispo de Angra por bula de 24 de Setembro de 1540, mas nunca chegou a entrar na sua diocese, permanecendo em Lisboa, no governo da Casa do Cível, de que foi um dos primeiros deputados, além de exercer funções como ministro da Mesa da Consistência e Ordens.

Governou a diocese de Angra através de um vigário geral e de vísitadores, alguns deles *bispos de anel*, que conferiam as ordens sacras e mantinham a disciplina do clero. Mandou dar execução às deliberações do sínodo realizado em Lisboa, no ano de 1536, que obrigavam os párocos a registarem os baptismos, casamentos e óbitos em livros próprios. No ano de 1552, D. Rodrigo Pinheiro foi transferido para o bispado do Porto, exercendo aquele cargo até falecer em Agosto de 1572.

## RETRATOS de BISPOS de ANGRA

# bispos

### 3. D. Frei Jorge de Santiago

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
s/n inv.

### 4. D. Manuel de Almada

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 738D

### 5. D. Nuno Álvares Pereira

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 739



### D. Frei Jorge de Santiago, 3.º bispo de Angra,

governou esta diocese de 1552 a 1561. Era frade professo da Ordem dos Pregadores, com profissão feita a 26 de Abril de 1522, no Mosteiro de Santo Estêvão de Salamanca. Estudou na Universidade de Paris e foi laureado em Teologia, tendo depois leccionado na Universidade de Salamanca, em que foi pregador.

Mais tarde, ingressou no Convento de São Domingos, em Lisboa, onde leccionou. Ganhando fama como teólogo, foi então nomeado pregador régio, mestre teólogo e Inquisidor do Santo Ofício (1540). O seu renome na área da Teologia levou D. João III a recomendá-lo para o Concílio de Trento, em 1545, tendo participado com destaque em diversas sessões.

Foi apresentado bispo de Angra em 1550, sendo confirmado por bula de 24 de Agosto de 1552 do papa Júlio III. Chegou à sua diocese nos começos do ano de 1553, dedicando-se ao seu governo com afânco e energia até aí desconhecidos do clero açoriano. Face à falta de organização doutrinária da diocese e à necessidade de nela fazer reflectir as normas Tridentinas, em 1559, pela festa do Espírito Santo, promoveu na Sé de Angra o, até hoje, único Sínodo Diocesano realizado nos Açores, cujas constituições foram impressas em Lisboa, nas oficinas de João Blavio de Colónia, em 1560. Raros são os exemplares da edição princeps destas Constituições, de que por vezes se tem tentado novas edições.

Faleceu a 26 de Outubro de 1561. Foi o primeiro bispo a morrer na diocese, tendo sido sepultado na Sé Velha. No seu túmulo foi lavrada esta inscrição: *Hic jacet Dominus Georgius a Sto Jacob Pastor Angrensis, inter oves suas, primus sepultus.*

*Jorge de Santiago*



#### *D. Manuel de Almeida, 4.º bispo de Angra,*

era natural de Lisboa, filho de Gil Álvares e de Isabel de Almada, «pessoas de calidade e nobreza conhecidas». Governou a diocese angrense de 1562 a 1566. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi chantre da Sé de Lisboa e desembargador dos agravos na Corte, desempenhando ainda o cargo de conservador das Ordens Militares.

Em 1562, era já bispo de Angra, sucedendo a D. Frei Jorge de Santiago, que falecera no ano anterior. Como prelado da mitra açortana, participou nas Cortes que tiveram lugar em Lisboa, em Dezembro de 1562. Acompanhou a princesa D. Maria, filha do infante D. Duarte, irmão mais novo de D. João III, quando esta foi para Bruxelas, a fim de casar com Alexandre Farnese, duque de Parma.

Nunca se deslocou à diocese, tendo-a governado através de uma junta constituída por três membros do cabido, até 1566, altura em que renunciou. Enquanto estava, na Flandres, ao conhecer o escrito difamatório contra D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve, de Gualter Haddon, secretário da rainha Isabel Tudor, publicou: *Adversus Epistolam Gualteri Haddon, Serenissimo Reginae a Supplicum libellis contra Reverendi P. Hieronimi Osorii Lusitani Episcopi Silvensis epistolam super editam*, Antuérpia, 1566.

Renunciou ao bispado em 1566, não sem antes haver procurado, em vão, a aceitação do ilustre ribetragrandense, Dr. Gaspar Frutuoso, celebrado autor das *Saudades da Terra*, a quem procurou inculcar influências para o governo das Ilhas como vigário geral e, mais tarde, como bispo.



#### *D. Nuno Álvares Pereira, 5.º bispo de Angra,*

governou a diocese de 1568 a 1570. Era doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra e fora vistorador do bispado de Angra em 1542 e do Arcebispado de Lisboa, no tempo do Cardeal-Infante D. Henrique.

Durante o seu curto governo, este prelado dedicou-se à causa da construção de uma nova catedral que substituisse a acanhada igreja de São Salvador, que fora elevada a Sé com a criação da diocese de Angra, em 1534. Empenhou-se também em conseguir melhores condições de sustentação para o clero das ilhas, face à exiguidade das cóngruas que então auferiam.

Interessou-se pela construção de novos templos e pela reparação das primitivas igrejas construídas durante a fase inicial do povoamento, para tal criando as fábricas administrativas das igrejas paroquiais. Teve de dirigir, por uma provisão, a atribuição dos encargos resultantes das obras nas igrejas paroquiais, distinguindo os gastos relativos às capelas-mores paroquiais, imputáveis ao rei, enquanto grão-mestre da Ordem de Cristo, e os restantes, a suportar pelo povo e pelos capitães do donatário.

Conseguiu também que o rei delegasse no bispo a nomeação dos benefícios (isto é dos cargos) eclesiásticos que lhe pertenciam, fazendo doação aos bispos do direito de nomear os clérigos para as dignidades que não tivessem anexo o ofício de pregador. A partir daí, todos os benefícios, assim curados como simples, passaram a ser providos por oposição e editais.

Ainda durante o governo deste prelado, chegaram a Angra os primeiros padres da Companhia de Jesus, os quais se instalaram nas casas sitas junto à ermida de Nossa Senhora das Neves, à Rocha, que então pertenciam ao capitão-mor João da Silva do Canto. Os esforços que D. Nuno Álvares Pereira desenvolveu em prol da nova Sé só postumamente foram coroados de êxito, pois faleceu a 20 de Agosto de 1570, a escassos três meses do lançamento da obra. Foi o segundo bispo a ser sepultado na capela-mor da Sé Velha de Angra.

## RETRATOS DOS BISPOS DE ANGRA

# bispos

### 6. *D. Gaspar de Faria*

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 740

### 7. *D. Pedro de Castilho*

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 740

### 8. *D. Manuel de Gouveia*

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 741



### *D. Gaspar de Faria, 6.º bispo de Angra.*

era filho de Sebastião de Faria, dos Faria de Barcelos, e veio a ser clérigo do hábito de S. Pedro. Doutorou-se em Direito Canónico e foi vigário-geral da arquidiocese de Lisboa. Foi sagrado e confirmado, pela bula *Gratae divitiae preavatum*, de Pio V, de 15 de Outubro de 1571.

Residiu, por algum tempo, na freguesia da Aqualva, quando esta era curato de Vila-Nova, numa casa que ainda ostenta um simulacro de escudo episcopal, embora anterior ao dele. Apesar de serem bem claras as determinações de D. Sebastião, em favor da situação económica do Clero, o pagamento das cóngruas ia sendo dificultado por tercetas, pelo que o bispo apelou ao rei, tendo sido atendido por alvará do monarca de 4 de Setembro de 1572. Ficou, então, determinado, que as mesmas fossem liquidadas do seguinte modo: duas partes em trigo e uma em dinheiro, na ilha Terceira; e, nas demais, metade em trigo e metade em dinheiro.

Criou a freguesia de S. Pedro da Ribeira Seca, um ano antes de falecer. Em 1573, visitou a ilha de S. Miguel, tendo celebrado pontifical a 8 de Dezembro, na Matriz de Ponta Delgada, onde tal nunca havia sido feito. Não foi de todo pacífica a sua permanência na citada ilha, dado que lançou um interdito sobre o Convento da Esperança de Ponta Delgada. Na sequência do mesmo, as freiras entraram ao reino o franciscano Brás Camelo, que conseguiu do cardeal D. Henrique que aquele fosse levantado. Teve ainda a oportunidade de, no arrabalde da vila da Ribeira Grande, instituir a freguesia de S. Pedro. Regressando a Angra, nesse mesmo ano, criou as paróquias de S. Bento e de S. Pedro. Faleceu, repentinamente, na Sé Catedral e aí foi sepultado.





## RETRATOS DOS BISPOS DE ANGRA

# bispos

### 9. *D. Jerónimo Teixeira Cabral*, 9.º bispgo de Angra,

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 724

### 10. *D. Agostinho Ribeiro II*

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 725

### 11. *D. Pedro da Costa Leal*

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 726



*D. Jerónimo Teixeira Cabral, 9.º bispgo de Angra.*

era filho de Francisco Teixeira, Comendador da Ordem de Santiago, e de D. Brites Cabral. Licenciou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi cônego das sés de Lisboa e de Lamego e, desde 1589, deputado da Inquisição de Lisboa. Fez uma visita inquisitorial à Madetra (1591-1592), seguindo para os Açores (1592-1593), numa travessia acompanhada de processos e condenações. Nomeado bispgo de Angra em 1598, foi sagrado, em Novembro desse ano, na Igreja de S. Roque (Lisboa), fazendo a sua entrada solene na diocese em 1599 ou princípios de 1600.

Mandou reparar as casas episcopais de Angra, construir um claustro em redor da Sé angrense e reconstruir a Igreja do Fatal da Terra (S. Miguel), incendiada por corsários ingleses. A sua acção nas ilhas caracterizou-se por medidas de grande dureza, reveladoras da severidade e do puritanismo do seu carácter, no que respecta à disciplina eclesiástica e aos usos e costumes dos açorianos. Proibiu a prática que tinham os fiéis do Espírito Santo de bailar na capela-mor dos templos, na altura da coroação dos imperadores.

A memória dos cronistas registou como uma das suas maiores acções despóticas a interdição geral da ilha do Fatal, em 1609. Sem excepção de lugar, por sete dias foi proibida a missa e quaisquer devoções públicas, com privação de sacramentos e de sepultura eclesiástica a quem, nessa semana, falecesse. Os conflitos que criou com os locais e as autoridades civis levaram a que, em 1611, a seu pedido, Filipe III acetasse transferi-lo para outra diocese.

A 14 de Maio de 1612, no consistório secreto realizado na sala elementina do Vaticano, e apreado o relatório do Cardeal Zapata sobre a nomeação e virtudes de J. T. Cabral, o papa Paulo V elegeu-o para o bispado de Miranda do Douro, de que foi o 9.º bispgo, e onde entrou a 4 de Novembro de 1612. Indignado em 1613 para a diocese de Lamego, a morte impediu-o de tomar posse do bispado.



**D. Agostinho Ribeiro II, 10.º bispo de Angra.**

governou a diocese de 1614 a 1621. Foi o primeiro bispo de nacionalidade brasileira, nascido na Baía de Todos os Santos, a 4 de Março de 1564. Era filho de António Ribeiro e de Maria de Argollo, tendo-se formado bacharel e mestre de artes pelo Colégio da Baía.

Erveredando pela vida eclesiástica, formou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra e fixou-se em Lisboa, cidade onde ascendeu ao cargo de cônego magistral da Sé.

A 27 de Agosto de 1603, foi feito bispo de Ceuta e de Tânger, partindo nesse ano para Ceuta, onde terá resido alguns anos. A 29 de Julho de 1613, foi confirmado bispo de Angra, sendo-lhe fixado por alvará do rei Filipe III de Espanha um ordenado de 1.200\$000 réis, verba a pagar pelas feitorias de Angra e Ponta Delgada.

Foi considerado um orador eloquente e *mui prático em todas as matérias políticas, chronicas dos reis e dos pontífices*, temas com os quais arrebatava a assistência.

Durante o seu mandato, veio aos Açores e Madeira um visitador do Santo Offício, o licenciado Francisco Cardoso, que apenas esteve na ilha de São Miguel, enviando às restantes ilhas, como delegado, o padre Francisco Vicente, reitor do Colégio dos Jesuítas de Angra.

Em 1621, ano do seu falecimento, D. Agostinho Ribeiro nomeou visitador geral da diocese de Angra o licenciado Gonçalo Godinho de Vasconcelos, vigário e ouvidor em Santa Cruz da Graciosa. Faleceu em Angra, a 12 de Julho de 1621, sem testamento, e foi sepultado na capela-mor da Sé.



**D. Pedro da Costa Leal, 11.º bispo de Angra.**

governou esta diocese de 1623 a 1625. Foi doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, instituição onde ensinou até 1605. Ordenado presbítero, foi colegial de São Pedro, cônego magistral da Sé de Évora (1612) e membro do Conselho de El-Rei. Foi sagrado em Lisboa como bispo de Angra, tomando posse da diocese a 24 de Agosto de 1623.

Quando entrou na cidade de Angra, encontrou a aristocracia local dividida em parcialidades e envolta num ambiente de ódios e desordens por causa do exercício dos cargos da governança: juizes, vereadores, procurador do concelho, provedor da Misericórdia e escrivão do hospital. Nessas parcialidades tomavam parte as principais autoridades locais, incluindo o governador do presidio espanhol aquartelado no Castelo de São Filipe do Monte Brasil. A intervenção do novo bispo, com o apoio real, levou a que um dos principais líderes da desavença, o fidalgo e capitão-mor Manuel do Canto e Castro, fosse chamado à corte de Madrid e aí severamente repreendido.

Realizou uma visita pastoral à ilha do Fátal e iniciou a visita à ilha de São Miguel, nela inaugurando a 25 de Julho de 1625 a Confraria dos Artistas sob a invocação de Nossa Senhora da Vida, instituição que os Jesuítas tinham fundado na Igreja do seu Colégio de Ponta Delgada.

Entre este prelado e o conde da Ribeira Grande, D. Rodrigo da Câmara, desenvolveu-se um grave desentendimento pessoal que levou o conde a mandar tocar a rebale, quando o bispo celebrava Missa Pontifical na Matriz de Ponta Delgada com o objectivo de subtrair o povo à celebração. O bispo faleceu, *de ressentido*, alguns dias depois. Foi o primeiro bispo a ser sepultado na Matriz de Ponta Delgada.

## RETRATOS dos BISPOS de ANGRA

# bispos

### 12. D. João Pimenta de Abreu, 12.º bispo de Angra,

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 727

### 13. D. Frei António da Ressureição

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
s/n inv.

### 14. D. Frei Lourenço de Castro

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 730



### D. João Pimenta de Abreu, 12.º bispo de Angra,

era filho de Salvador de Barros e Abreu e de D. Isabel Pimenta, sobrinho dos poetas Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz. Aluno do Seminário de Braga (1579-81), veio a ser seu reitor (1609-12) e licenciou-se no Colégio das Artes, em 1582.

Teólogo, foi colegial de S. Paulo, a 30 de Outubro de 1594, de que depois se tornou reitor de 1599 a 1602. Neste ano, doutorou-se em Teologia, a 3 de Novembro, e foi cônego magistral das Sés de Lamego, Braga e Coimbra. Exerceu também a função de chantre nesta última cidade. Em 1617, era deputado da Inquisição continental, assim designado pelo inquisidor geral D. Fernão Martins Mascarenhas.

Antes da sua sagração, a 2 de Janeiro de 1626, tomou posse da diocese por procuração, nomeando uma junta governativa, composta por três dignidades do cabido de Angra. Só entrou na diocese em 9 de Abril de 1627, embora alguns autores só apontem o ano de 1629 para tal.

Inteiu, a 27 de Setembro de 1632, a sua visita pastoral à ilha de S. Miguel. A 27 de Outubro, esteve na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Vila da Lagoa, encaminhando-se depois para a Ribeira Grande. Ainda nessa visita pastoral, deu autorização, em 1633, depois de visitado o eremitério de Nossa Senhora da Consolação das Furnas pelo Lic. João Lopes Cardoso, ouvidor da ilha, para que os eremitas vivessem no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição do Vale de Cabaços, na Caloura, dado que o seu convento se achava destruído por fogo de 2 de Setembro de 1630. Drummond refere que o bispo viveu os seus últimos dias no ano de 1634, achando-se aí de visita. Jaz na Igreja matriz de S. Sebastião desta cidade.



**D. Frei António da Ressurreição, 13.º bispo de Angra,**

era filho de João Lopes Soares e de Maria Fernandes, *peessoas honradas e limpas*. Foi frade da Ordem de São Domingos, na qual ingressou quando estudava Teologia na Universidade de Coimbra. Concluídos os seus estudos, ensinou no convento dominicano de Évora, chegando a padre mestre da sua Ordem. Transferiu-se depois para o convento dominicano de Coimbra e foi *Lente de Prima* da Universidade daquela cidade durante 16 anos. A 1 de Outubro de 1626, foi nomeado deputado do Santo Ofício.

Apesar de modesto por índole e formação, o seu alto valor chegou à Corte, sendo proposto para o bispado de Angra. Confirmado, foi sagrado a 10 de Julho de 1635, na igreja de São Brás da cidade de Lisboa. Coisa rara à época, partiu de imediato para a sua diocese, dando entrada solene em Angra a 24 de Julho desse mesmo ano.

Em Angra, Frei António da Ressurreição prestou relevante auxílio às obras que então se faziam na capela-mor do Convento da Conceição, onde pretendia ser sepultado, e incentivou o recrutamento de novos padres. Apesar do pouco tempo em que esteve à frente do governo da diocese, visitou as paróquias da ilha Terceira, da Graciosa, de São Jorge, do Pico e do Faial. Em todas estas ilhas pregou e administrou o crisma.

Estando de visita pastoral à ilha de São Miguel, faleceu subitamente na vila da Lagoa, sendo o terceiro prelado a falecer consecutivamente naquela ilha. Viveu e morreu santamente e foi sepultado na capela do Santíssimo da Matriz de Ponta Delgada. Alguns anos após o seu falecimento, sendo Angra *sede vacante*, o respectivo cabido mandou o Irmão Manuel Duarte da Mota ir a São Miguel providenciar a trasladação do cadáver para o Convento da Conceição de Angra, já que esse fora o desejo do falecido bispo. Aberta a sepultura, o corpo foi encontrado inteiro e com todas as insígnias pontificais com que fora enterrado.



**D. Frei Lourenço de Castro, 14.º bispo de Angra,**

era filho de Pedro de Castro, desembargador e provedor da Alfândega de Lisboa, senhor de Parada e Sangutnhedo, e de D. Lourença de Castro. Entrou na Ordem de S. Domingos, no convento de Benfca (Lisboa), aí tomando o hábito, em 1637. Doutor em Teologia, lente jubilado e pregador da Capela Real de D. Pedro II, foi atrida prior dos conventos da Batalha e de Benfca.

Cingiu a mitra de Angra, para que foi nomeado e confirmado a 18 de Maio de 1671. Em Agosto desse ano, tomou posse na catedral de Angra pelo seu procurador arcebispo Paulo Velho de Araújo, vindo a entrar na diocese a 11 de Novembro de 1671, com grande festa e regozijo dos açorianos, por ter sido Angra *sede vacante* por 34 anos e 7 meses (1637-1671).

Por voto de pobreza, obteve um breve apostólico que o dispensava das insígnias episcopais, apenas trajando o hábito de monge e usando a cruz, o anel e o barrete. Em 1672, foi designado pelo Regente D. Pedro para confessor de D. Afonso VI, exilado em Angra, mas declinou o convite por muitos afazeres, sugerindo outros nomes. Na sua administração concluíram-se, em 1672, as obras do convento de S. Francisco, em Angra.

Em 1675, esteve em S. Jorge, aí sagrando a primeira matriz da vila das Velas, sendo possivelmente do mesmo ano o requerimento ao governo para a criação da freguesia de Santo Amaro, da mesma ilha, que D. Pedro apenas deferiu em 1691. No Faial, no mesmo ano de 1675, proibiu, por questões morais, que as mulheres acompanhassem o Sagrado Viático, levado, pela noite, aos enfermos.

Em 1678, a pedido do rei, regressou a Lisboa, permanecendo por três anos no Convento de Benfca como simples monge. Inocência XI, respondendo à súplica de D. Pedro, pela bula *Hodie Venerabilium fratrum*, designou-o para a diocese de Miranda do Douro, que assumiu em 1682, sendo o seu 16.º bispo. Cerca de dois anos depois, acometido por uma febre, sucumbiu ao fim de sete dias, sendo sepultado na Sé de Miranda.

*D. Frei Lourenço de Castro*

## RETRATOS DOS BISPOS de ANGRA

# bispos

### 15. D. Frei João dos Prazeres

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 729

### 16. D. Frei Clemente Vieira

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 731

### 17. D. António Vieira Leitão

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 743



### D. Frei João dos Prazeres, 15.º bispo de Angra,

governou esta diocese de 1683 a 1685. Nascido na Guarda, era filho do corregedor Manuel da Costa Valadares e de sua mulher Paula de Lemos. Depois de preparatórios na sua cidade natal, partiu para Évora onde estudou no Colégio da Companhia de Jesus, formando-se, posteriormente, na Universidade, da qual foi feito lente em 1672.

Pouco depois ingressou na Ordem franciscana, passando à Província do Algarve. Foi guardião no Convento de Coimbra e, a 2 de Novembro de 1675, provincial. Desempenhou ainda as funções de definidor e custódio, sendo pregador de grande nomeada.

Estando vaga a diocese de Angra, foi apresentado para o lugar por carta do rei D. Pedro II, sendo confirmado por breve do papa Inocência XI, datado de 8 de Março de 1683. Foi sagrado no Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa a 16 de Maio de 1683, tomando posse da diocese no dia 29 de Agosto desse mesmo ano.

Foi um bispo considerado de vida exemplar, *sobressaindo a ingenuidade e candura da sua alma*, como afirmou o Cônego Pereira. Morreu tão endividado que a prata que servira nos seus pontificais foi arrematada em hasta pública, conseguindo o cabido reavê-la com os fundos da Mitra e das Chancelarias. Ainda assim, alguns anos depois de ter sido enterrado, o covete da Sé ao abrir o coval encontrou entre os seus restos uma preciosa cruz peitoral em ouro com pedraria preciosa, hoje no Tesouro da Sé.

Faleceu a 1 de Fevereiro de 1685 no Colégio dos Jesuítas de Angra, onde se havia recolhido. Foi sepultado na capela-mor da Sé Catedral de Angra.



**D. Frei Clemente Vieira, 16.º bispô de Angra.**

governou a diocese no período de 1688 a 1692. Nasceu na então vila minhoto e sede do concelho de Melres, hoje concelho de Gondomar, filho de Domingos de Carvalho e de sua mulher Jerónima Malheiro, pessoas nobres ligadas aos Senhores da Quinta dos Loureiros e Casa Grande.

Estudou Teologia na Universidade de Coimbra, ingressando na Ordem dos Frades Eremitas Descalços de Santo Agostinho, sendo assistente no Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra.

Foi apresentado bispo de Angra pelo rei D. Pedro II, obtendo a confirmação do papa Inocêncio XI a 24 de Novembro de 1687. Foi sagrado bispo por D. João de Sousa, bispo do Porto, com a assistência de dois abades mirrados em cerimónia que se realizou na Sé do Porto, em princípios de 1688. Depois de algum tempo de permanência em Lisboa, chegou a Angra a 12 de Outubro de 1688, entrando solenemente na sua diocese.

Entre as suas preocupações estava a reforma dos costumes, sob pretexto de escândalo para a religião, tendo proibido fazerem-se, dia e noite, danças e jogos nas casas das pré-casadas e no dia imediato ao baptismo dos filhos primogénitos. Também condenou a falta de compostura nos templos e o hábito de se detxarem bestas nas praças, que acabavam por invadir os adros, como era o caso da Matriz de Vila Franca do Campo, onde algumas vezes entravam na igreja ou na capela da Misericórdia.

Em visita à ilha de São Miguel, uniu as ouvidorias de Ponta Delgada e da Ribeira Grande numa única, com sede em Ponta Delgada, decisão que o cabido reverteria logo após o seu falecimento.

Faleceu aos 63 anos de idade, a 24 de Setembro de 1692, durante a visita a São Miguel, sendo enterrado na capela-mor do Convento da Graça, da sua ordem, onde se aposentara. Está sepultado na capela-mor da profanada igreja da Graça de Ponta Delgada.



**D. António Vieira Leitão, 17.º bispô de Angra.**

governou a diocese de 1693 a 1714. Era filho de Manuel Vieira Leitão, cavaletro da Ordem de Cristo, e de Marta Pedrosa. Baptizado a 23 de Maio de 1648, teve como padrinho o Conde de Odemira. Licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi prior da Colegiada de Santo Estevão, em Alfama, desembargador da Relação Eclesiástica do Patriarcado de Lisboa e provisor do Priorado do Crato.

A 23 de Novembro de 1693, é confirmado como bispo de Angra e entra na diocese no mês de Agosto do ano seguinte. O seu episcopado reflecte uma orientação marcadamente tridentina, particularmente influenciada pelo bispo de Milão, D. Carlos Borromeu. Com elevadas preocupações disciplinares e morais, D. António regulamenta a residência e o comportamento clericais, apelando para a elevação moral do clero, materializada pela exemplaridade da postura sacramental e pela distinção externa entre sacerdotes e seculares, quer nas roupas, quer nos cabelos e adereços decorativos. É um defensor da personificação da evangelização, promovendo visitas nas nove ilhas do arquipélago, quer delegando estas competências, quer efectuando visitas pessoais.

A sua viagem às ilhas das Flores e do Corvo, nos finais do século XVII, dá origem a uma comemoração especial por parte destes ilhéus, que desde há muito não recebiam a mais alta dignidade diocesana dos Açores. Encontrava-se em visita na ilha de S. Jorge quando morreu, sendo sepultado na capela-mor do mosteiro de Nossa Senhora do Rosário, da vila das Velas. Em 1857, os seus ossos são trasladados para o cemitério da Conceição da mesma vila.

*D. António Vieira Leitão*

## RETRATOS DOS BISPOS DE ANGRA

# bispos

**18. D. João de Brito Vasconcelos**  
(não existe retrato)

**19. D. Manuel Álvares da Costa**  
óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
s/n inv.

**20. D. Frei Valério do Sacramento**  
óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 744



*D. João de Brito Vasconcelos, 18.º btspo de Angra.*

foi nomeado no ano de 1718, mas não chegou a entrar na Sé de Angra. Nasceu em Lamego, filho de Manuel da Costa Soares e de Catarina Teresa de Vasconcelos. Foi doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra e prior da colegiada de Ourém.

Em 1718, foi apresentado, confirmado pela Santa Sé e sagrado btspo de Angra. Nomeou como procurador o deão Dr. Francisco da Fonseca Carvão, que tomou posse da diocese em seu nome.

Quando se preparava para partir para os Açores, este prelado faleceu em Lisboa, a 29 de Novembro de 1718. Foi sepultado na capela de Santo António da igreja de Santa Cruz de Lamego, cidade onde foram celebradas solenes exéquias, com pregação de frei António da Cruz, mestre jubilado em Teologia. Na respectiva inscrição tumular, aponta-se o ano de 1718 e uma legenda refere que a capela foi adquirida por este btspo único descendente de Janne Mendes de Vasconcelos.





### *D. Manuel Álvares da Costa, 19.º bispo de Angra,*

nasceu em Lisboa em 1640, exercendo o seu ministério entre 1721 e 1733. Foi prior da igreja de Santa Justa e vigário-geral do arcebispado de Lisboa.

Bispo de Pernambuco, ao tempo da sua nomeação para a diocese de Angra, em 1720, comunicou ao cabido da Sé de Angra a sua transferência para este bispado por carta de 30 de Março de 1721 e nomeou para governador da diocese, até à sua chegada, o deão Dr. Francisco da Fonseca Carvão.

A data da sua chegada aos Açores é desconhecida, mas em 1722 havia já efectuado uma visita na Terceira. Em 1725, ofertou à capela-mor da Igreja do convento de Santo António (actualmente, Igreja do Livramento), em Angra, azulejos para o seu revestimento e, no ano seguinte, concedeu a devida autorização para que fosse iniciada a organização do processo de inquérito relativo à madre Francisca do Livramento, do convento de Nossa Senhora da Esperança, em Ponta Delgada.

Publicou algumas pastorais e criou curatos nas paróquias em franco desenvolvimento demográfico, nomeadamente na ilha de S. Miguel. Foi sepultado na Sé de Angra, onde faleceu com 93 anos.



### *D. Frei Valério do Sacramento, 20.º bispo de Angra,*

era filho de Francisco Rodrigues e de Josefa Dias. Nasceu em Lisboa e estudou no Convento de Santo António dos Capuchos, onde veio a leccionar as cadeiras de Filosofia e Teologia. Guardião do Colégio da Pedreira em Coimbra, provincial dos Capuchos em Portugal, foi qualificador da Inquisição, durante quinze anos. Foi nomeado bispo de Angra por carta de D. João V datada de 27 de Julho de 1738, designação que não terá sido bem aceite na diocese, por ser um frade capucho de origem humilde. O monarca respondeu a 14 de Julho de 1741, ordenando uma recepção, com pompa e circunstância, ao novo bispo que chegou à ilha Terceira ainda nesse ano, governando a diocese até 1755.

Uma das suas primeiras medidas foi cuidar dos interesses económicos do clero, diligenciando para que as cóngruas, ao invés de resultarem dos dizimos, viessem directamente dos cofres do Estado. A terceira pastoral, redigida em Angra, a 2 de Fevereiro de 1745, ordenou aos vigários das freguesias dos rurais que delas expulsassem todos os que viviam escandalosamente. Três anos depois, a 30 de Julho de 1748, publicou uma provisão, a determinar que os religiosos que se ordenassem com património pessoal usassem dos seus bens para sustento próprio.

Ao bispo ficou a dever-se a autorização da fundação de Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas), na cidade de Angra, em 1747. Após dezassete anos de episcopado, quis retirar-se para Lisboa, renunciando ao bispado (1757). Veio a falecer, nesta cidade, no Mosteiro de Santo António do Campo de Santa Ana, três anos depois.

## RETRATOS DOS BISPOS ANGRA

# bispos

### 21. D. António Caetano da Rocha

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 733

### 22. D. Frei João Marcelino dos Santos Homem Aparício

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 728

### 23. D. Frei José da Ave-Maria Leite da Costa e Silva

óleo s/ tela, Stanislau, séc. XVIII  
inv. SCAH 732



### D. António Caetano da Rocha, 21.º bispo de Angra,

governou a diocese de 1758 a 1772. Era doutor e lente na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra, onde se tinha formado e recebido o presbiterado.

Na sequência da renúncia ao bispado de Angra, apresentada em 1755 por D. Frei Valério do Sacramento, o Rei D. José I de Portugal, por carta de 2 de Outubro de 1755, propôs ao papa Bento XIV a nomeação de António Caetano da Rocha para aquele cargo, o que foi confirmado por bula de 19 de Julho de 1756. Sagrado bispo em Lisboa, o seu solene ingresso na diocese de Angra ocorreu a 21 de Novembro de 1758, dia em que desembarcou na cidade de Angra.

Por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, este bispo proibiu em 1759 que os padres da Companhia de Jesus fizessem livre uso do púlpito e da confissão, ordem que repetiu, em 1760, a mando do governo português. Pouco depois, nesse mesmo ano, foram os jesuítas expulsos dos Açores, decisão que causou consternação em Angra e granjeou intimizades ao bispo, já que este foi visto como mero instrumento do poder real.

Em consequência das intimizades que suscitou na cidade sede da diocese, e do difícil ambiente político que se seguiu à expulsão dos jesuítas, D. António iniciou um conjunto de visitas pastorais às ilhas do arquipélago que, na prática, o mantiveram arredado da sua Sé Catedral até ao seu falecimento.

Face à reiterada ausência e à paulatina transferência do centro da diocese para Ponta Delgada, o cabido apresentou queixa ao rei, que, em 1772, mandou o prelado recolher à sua Sé. O agravamento de enfermidades levou a que não tivesse regressado a Angra, falecendo na ilha de São Miguel a 21 de Junho de 1772, ficando sepultado na Igreja Matriz de Ponta Delgada.

*Bispo de Angra*



*D. Frei João Marcelino dos Santos Homem Aparício,  
22.º bispo de Angra,*

foi freire conventual da Ordem Militar de Santiago. Terá sido sagrado em 24 de Fevereiro de 1774. Tomou posse em seu nome o arcebispo Manuel Homem da Costa, com um certo cerimonial e a presença do Senado e das Comunidades religiosas. Governou o cabido até que o bispo desembarcasse a 15 de Agosto de 1775.

Terá deparado com graves problemas eclesiósticos e um cabido disperso e controverso, responsável por alguns abusos, que ele foi moderando e conseguiu extinguir. Uma vez na diocese, oficiou ao clero a 4 de Outubro de 1775, recomendando rigor na recolha e encaminhamento das esmolas pela redenção dos cativos e interessou-se pela Lutuosia, imposto um tanto ou quanto já em desuso e que consistia em ser oferecido à Mitra o melhor móvel que, à sua morte, deixasse um sacerdote da diocese. Fez prosseguir a sua acção junto do clero, emitindo pastoral datada de 13 de Novembro de 1776 a ordenar palestras e conferências em benefício da Igreja.

Visitando o Fidalgo (1777), proibiu o repique de sinos que era de uso aquando da entrada e saída dos edis na Matriz da Horta. Criou alguns curatos, atendeu a necessidades no domínio espiritual dos povos destas ilhas e, tal como alguns dos seus antecessores, torrou-se de disputas com o poder civil, neste caso defendendo intransigentemente um antigo privilégio, fortemente contestado pelo corregedor, de o metrinho eclesióstico usar da vara branca.

Por fim, visitou a Ilha de S. Miguel, vindo ali a expirar a 21 de Maio de 1782, ficando sepultado na Matriz de Ponta Delgada, de onde, mais tarde, foram seus ossos removidos para a Sé de Angra.



*D. Frei José da Ave-Maria Leite da Costa e Silva,  
23.º bispo de Angra,*

governou esta diocese de 1782 a 1799. Era filho de Manuel da Costa Leite e de Bárbara da Conceição e, desde 19 de Maio de 1742, frade da *Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos*. Estudou Teologia na Universidade de Coimbra, na qual atingiu o grau de doutor em Janeiro de 1755, ano em que também se tornou qualificador do Santo Ofício. Reitor do Colégio de Coimbra e, em 1779, destituído e provincial, foi também um dos examinadores sinodais do Arcebispado de Évora e das três Ordens Militares.

Nomeado bispo de Angra a 24 de Agosto de 1782 e confirmado em Dezembro deste mesmo ano, desembarcou nos Açores apenas em Dezembro de 1785. Interessou-se pela doutrinação dos cristãos e educação do clero, ordenando a realização de conferências e palestras, nas quais os padres deveriam discutir temas religiosos e reflectir sobre a essência do seu papel na condução dos fiéis sob a sua responsabilidade. As pastorais que publicou durante os 14 anos que durou o seu episcopado são o corolário do contexto reformista na diocese de Angra.

A sua exortação no que respeita a exemplaridade do comportamento clerical reflecte-se ainda na regulação que impõe sobre as ausências dos curas, no apelo sobre a relevância do ensino da doutrina, na vigilância que exerce sobre as vestimentas sacerdotais e os desregramentos sacramentais, na fiscalização que promove sobre a manutenção das igrejas açorianas, designadamente criticando os descuidos no pagamento dos dízimos.

Para os leigos, a sua pastoral continua a propagar-se nos moldes dos seus antecessores, mormente demonstrando uma grande reserva sobre a livre convivência entre homens e mulheres e incentivando o culto ao Sagrado Coração de Jesus, instrumento de evangelização e elevação espiritual para todos os açorianos.

## RETRATOS de BISPOS de ANGRA

# bispos

### 24. D. José Pegado de Azevedo

óleo s/ tela, séc. XIX  
inv. SCAH 754

### 25. D. Frei Alexandre da Sagrada Família

óleo s/ tela, séc. XIX  
inv. SCAH 742

### 26. D. Frei Manuel Nicolau de Almeida

óleo s/ tela, séc. XIX  
inv. SCAH 735



### D. José Pegado de Azevedo, 24.º bispo de Angra,

foi provisor da diocese de Leiria. Era religioso da Congregação do Oratório, «filho desta Real Casa de N. Sr.ª das Necessidades», de que saiu em 1798, como se regista no *Livro de Óbitos*. Foi prior da freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, desembargador da cúria patriarcal e veto a ser apresentado bispo de Angra, em 24 de Novembro de 1800, confirmado a 22 de Julho de 1801 e sagrado a 13 de Novembro seguinte, tomando posse por seu procurador, o deão Mateus Homem Borges, a 15 de Dezembro deste mesmo ano.

Chegou a Angra em 15 de Novembro de 1802, tendo tido hospedar-se no Convento de S. Francisco. Estaria, então, entre os 50 e 60 anos de idade. Sagrou a Sé Catedral angrése em 6 de Outubro de 1808 e tentou, corajosamente, a renovação da Oratória Sacra, relegando ao esquecimento velhos moldes que a afectação e a mediocridade gongoristas tornaram obsoletos e ridículos.

Numa efervescência de melindres e zangas e com problemas de solução urgente e difícil, começou a ser feita uma campanha de descrédito contra o prelado, pondo em causa o zelo enérgico com que estava a gerir os negócios da diocese. Julgou, então, prudente sair para a ilha do Faial em visita pastoral e, em 1810, retirou-se de Angra, repleto de desgostos e sofrimento, para ir residir em Ponta Delgada, onde vetou a finar-se no Convento dos Graçanos, como constou, vítima de uma apoplexia causada por insultos por parte de um dos seus maiores inimigos, Fr. José dos Anjos. Foi sepultado na matriz.

*J. Pegado de Angra*



**D. Frei Alexandre da Sagrada Família, 25.º bispgo de Angra,**

foi o primeiro prelado diocesano nascido nos Açores. Natural da Vila da Horta, Ilha do Faial, nasceu em 22 de Maio de 1737, numa casa da Rua de Santa Ana. Era filho do alferes José Ferreira da Silva e de D. Antónia Margarida Garrett. O pai era ortundo de Santa Catarina do Monte Sinai, de Lisboa, e a mãe, de S. Martinho, da corte de Madrid.

Ingressou no Convento franciscano de Brancanes, em Setúbal, onde, após o noviciado, fez a sua profissão, a 13 de Junho de 1762, alterando aí o nome de Alexandre José da Silva para Fr. Alexandre da Sagrada (ou Sacra) Família.

D. Maria I fez-lo bispo de Malaca e Timor a 24 de Outubro de 1781. Depois de confirmado pela Santa Sé a 16 de Dezembro de 1782, foi sagrado a 24 de Novembro do ano seguinte.

Não chegou, porém, a tomar posse, sendo transferido para a diocese de Luanda (Angola e Congo), onde foi confirmado, a 15 de Fevereiro 1784, governador e administrador do Bispado. O príncipe regente (depois D. João VI), estando ele no Rio de Janeiro, onde permanecia a Corte, nomeou-o, a 17 de Dezembro de 1812, para o bispado dos Açores, onde chegaria no ano de 1813. A confirmação papal demoraria até 1816, sendo ele já septuagenário.

Apesar da sua provecida idade, ainda tomou parte muito activa na vida local, exercendo internamente, para além das responsabilidades e exigências diocesanas, o cargo da administração da Capitania Geral dos Açores até à vinda do capitão-general Francisco António de Araújo, a quem conferiu posse (14 de Maio de 1817).

Poeta e intelectual de valor reconhecido, foi mestre de Almeida Garrett, de quem era tio, durante o tempo em que aquele residiu na Terceira, pela primeira vez, na sequência das invasões francesas. Falecido a 22 de Abril de 1818, com quase 81 anos, foi sepultado no Convento de Santo António dos Capuchos, em Angra do Heroísmo.



**D. Frei Manuel Nicolau de Almeida, 26.º bispgo de Angra,**

professou no Instituto dos Carmelitas Descalços, em 1779 e formou-se em Teologia, na Universidade de Coimbra, em 1790. Reitor do colégio da sua ordem naquela cidade, leccionou no Colégio das Artes. Foi também professor na cidade do Funchal.

Nomeado bispo de Angra, a 3 de Maio a 1819, foi confirmado a 29 do mesmo mês de 1820. Sagrado a 3 de Agosto desse ano, entrou na diocese em Novembro. Viveu em Angra os dias agitados da primeira revolução liberal, em Abril de 1821, e, apesar da sua cautela quando foi chamado a participar, segundo a lei, na Junta Provisória do Supremo Governo das Ilhas, acabou por desencadear ordos que o levaram à prisão, juntamente com o capitão-general Stockler e com o governador do Castelo, Caetano Pinheiro Xavier. Julgado em Lisboa, em 1823, foi libertado e nessa ocasião apresentado bispo de Bragança; mas não sendo confirmado pela Santa Sé, voltou aos Açores em 1824. No ano seguinte, retirou-se para Lisboa, doente, onde faleceu, sendo sepultado no Convento de N.ª Sr.ª do Carmo.

Era orador de nomeada e um dos seus sermões na Sé serviu de pretexto aos seus inimigos para o prenderem em 1821. Foi pouco ortodoxo em matéria de fé e o seu opúsculo *Cartas de Um Amigo a Outro sobre as Indulgências* (primeiro anónimo e depois publicado com autor) valeu-lhe a inclusão no *Index*. Neste escrito negava que a Igreja tivesse poder para sufragar as almas do Purgatório, por meio de indulgências. Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa um seu retrato a corpo inteiro.

*Frei Manuel Nicolau de Almeida*

## RETRATOS dos BISPOS de ANGRA

# bispos

### 27. D. Frei Estêvão de Jesus Maria

óleo s/ tela, Marini, séc XIX  
inv. SCAH 745

### 28. D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko  
2004, inv. SCAH 756

### 29. D. Francisco Maria do Prado Lacerda

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko  
2004, inv. SCAH 755



### D. Frei Estêvão de Jesus Maria, 27.º bispo de Angra,

pertenceu à Ordem dos Menores Reformados, da Província da Arrábida e foi Comendador da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

14.º bispo de Meliapor (Padroado Português do Oriente, actual arquidiocese de Madras Mylapore), eleito a 24 de Junho de 1825, foi transferido para Angra, a 3 de Agosto de 1827. Tomou posse do novo bispado, a 30 de Abril de 1828, por alvará de procuração passado ao P. Dr. Frutuoso José Ribetto, deão da Sé de Angra, que havia nomeado, por sua provisão de 10 de Março de 1828, governador do bispado. As bulas de confirmação de Leão XII, de 26 de Janeiro de 1828, selaram-lhe o compromisso de instituir o Seminário Diocesano de Angra, que efectivamente inaugurou a 9 de Novembro de 1862.

A sua vida foi tocada pela instabilidade política criada pelas lutas liberais, o que levou a que só em 1840 assumisse, ainda que com restrições, o governo da sua diocese em Ponta Delgada, onde chegou a 2 de Dezembro, e onde permaneceu, quase em reclusão, até 6 de Setembro de 1859, data em que embarcou para Angra, aí aportando a 21 de Setembro de 1859. Dos acontecimentos que o retiveram em Lisboa até 1840, aponete-se a revolta liberal de 22 de Junho de 1828, na Terceira, que ele próprio condenou nas Pastorais de 7 de Março e 12 de Julho de 1829, exortando as ilhas à prece pública pela vitória de D. Miguel.

As razões que, em 1840, justificaram a sua ida para S. Miguel parecem ter sido de ordem económica e não derivadas do medo aos liberais leretenses, já que a ordem régia para a paga da cóngrua foi dada ao governador civil de Ponta Delgada, unicamente enquanto o prelado ali residisse. Só em 1859, ano da sua partida para a Terceira, e entrada o retrado de D. Pedro V, passou a recebê-la também pela Fazenda Pública de Angra. Empreendeu diversas reformas na diocese, muitas delas incompreendidas e objecto de controvérsias que se estenderam às páginas dos jornais. Foi, no entanto, sempre tido como homem de virtude. Falecido na sua casa da Quinta da Misericórdia, recebeu a mais imponente manifestação de pesar das cerca de 3.000 pessoas que o acompanharam ao cemitério do Livramento.

*S. Estêvão de Jesus Maria*



**D. João Maria P. de Amaral e Pimentel, 28.** "bispo de Angra, governou a diocese entre 1872 e 1889. Nasceu na Vila de Oletros a 21 de Julho de 1815. Estudou em Sernache, cujo Seminário encerrou portas com a expulsão do seu corpo docente de padres lazaristas. Ingressou no curso de direito da Universidade de Coimbra, obtendo o bacharelato em 1849. Durante este período foi funcionário do Governo Civil de Coimbra, para além de litografar sebetas e de exercer outras ocupações com as quais se sustentou.

Obtidas as Ordens Menores, passou a secretariar o bispo de Bragança. Tornou-se presbítero em 1850, sendo logo nomeado vigário geral, chantre e vigário capitular daquela diocese. Transferido para a diocese de Leiria, foi, em 1854, nomeado deão, vigário geral e provisor da diocese. Neste ano, foi ainda agraciado com a comenda da Ordem de Cristo.

Em Junho de 1871, o governo português apresentou-o à Santa Sé para bispo de Angra, sendo confirmado em consistorio realizado em 22 de Dezembro de 1871 e nomeado pelo papa Pio IX.

Quando o papa Leão XIII publicou a encíclica *Humanum genus*, condenando a Maçonaria, mandou-a divulgar e comentou-a sem que ela tivesse o beneplácito régio em Portugal. Este prelado, por alvará de 19 de Junho de 1880, autorizou a demolição e reconstrução da ermida de Nossa Senhora da Saúde, na Praça Velha da cidade de Angra. A nova ermida e a imagem restaurada foram benzedidas pelo bispo a 9 de Novembro de 1884.

D. João Maria faleceu a 27 de Janeiro de 1889, na Quinta da Estrela, no Caminho de Batxo de São Carlos, arredores da cidade de Angra do Heroísmo.

Deve-lhe a diocese algumas iniciativas importantes, entre as quais a criação do Boletim Eclesiástico dos Açores, órgão oficial diocesano e primeiro do género no país, publicado pela primeira vez em Setembro de 1872, hoje o mais antigo periódico com publicação ininterrupta nos Açores.

*João Maria P. de Amaral e Pimentel*



**D. Francisco Maria do Prado Lacerda, 29.** "bispo de Angra, nasceu na Vila da Chamusca a 1 de Janeiro de 1827 e foi pároco de S. Brás. Apresentado a Roma pelo Governo em 1885, veto a ser confirmado como coadjutor-sucessor do bispo de Angra, que o havia solicitado, concedendo-lhe a Santa Sé o título de bispo de Nilópolis.

Foi coadjutor com direito de sucessão do prelado anterior. Deu entrada na sede da diocese, a 10 de Abril de 1886, sob os auspícios da maior conciliação com o bispo efectivo, D. João Maria, que o esperou no cats e lhe proporcionou honras na Sé.

Tendo falecido D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, bispo de Angra, a 28 de Janeiro de 1889, resolveu D. Francisco do Prado Lacerda tomar posse do bispado, em 6 de Fevereiro seguinte, passando procuração ao seu secretário Dr. José dos Reis Fisher, deão e vigário capitular, e, a 24 de Março, comunicou que nomeara vigário-geral e provisor o Dr. Ferreira de Sousa, e promotor da justiça o Dr. J. de Abreu Castelo Branco, confirmando no lugar de seu secretário particular, o Dr. Reis Fisher, que será também secretário do Seminário.

Contactou também com o Governo e, entre os vários assuntos, há a registar ter pedido a casa da Graça, para liceu, a fim de o Seminário poder ocupar todo o edifício do Convento de S. Francisco, ao que o ministro anuiu, mas que não veto nunca a concretizar-se, nem com a intervenção da rainha D. Amélia.

Sentindo-se doente, voltou ao continente e, em provisão de 9 de Junho de 1891, emite um comunicado aos diocesanos acerca da resolução tomada, nomeando de novo governador do bispado o Dr. Fisher. A notícia da morte do bispo, chegou a Angra a 10 de Janeiro de 1892.

*Francisco Maria do Prado Lacerda*

## RETRATOS dos BISPOS de ANGRA

# bispos

### 30. D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 746

### 31. D. José Manuel de Carvalho

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 747

### 32. D. José Correia Cardoso Monteiro

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 748



### D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito, 30.º btspo de Angra,

nasceu em 6 de Junho de 1850, em Sobradelho, freguesia de Santa Maria de Rendufeiro, na Póvoa de Lanhoso. Era filho do Dr. Francisco Hilário Ribeiro de Sousa e Brito e de D. Felisarda Rosa Vieira de Campos.

Aos 12 anos, recebeu a Prima Tonsura, fazendo estudos no liceu e no Seminário de Braga, onde concluiu a Teologia. Depois, cursou a Universidade de Coimbra, terminando a sua formatura em Direito em 1877, tendo recebido, entretanto, Ordens de Presbítero a 7 de Junho de 1873. Já licenciado, abriu banca de advogado, foi professor do Seminário, regendo Teologia Moral, e, por influência sua, outras duas cadeiras foram criadas – Introdução às ciências naturais e Esboço e princípios de hermenêutica sagrada.

Depois de ter sido nomeado cônego, foi escolhido para bispo de Angra e Ilhas dos Açores, em 1892. Durante os dez anos em que dirigiu este bispado, regulamentou as conferências religiosas, aprovou o novo plano de estudos para o seminário e realizou visitas pastorais a todas as ilhas.

Em 1902, foi transferido para a diocese de Lamego onde, por iniciativa sua, se instituíram as Conferências de S. Vicente de Paulo. Na sede episcopal de Angra, teve este prelado despedida afectuosa e solene. Ficou como governador do bispado o deão Reis Fisher, que, algum tempo após, era por votação eleito vigário capitular.

Morreu aos 85 anos, em Rendufeiro, em 11 de Julho de 1901, onde repousa desde o ano de 1922. Por motivo de vacância da Sé de Angra, estando D. Francisco em Lamego e em Rendufeiro, ainda conferiu ordens presbiterais a novos sacerdotes dos Açores.





*D. José Manuel de Carvalho, 31.º bispo de Angra*

curvou o Liceu e o Seminário de Viseu e foi ordenado presbítero, em 1867. Aceite como preceptor dos filhos dos marqueses de Roriz, em S. Pedro do Sul, entre os quais figurava José Bruno, que veto a ser lente da Universidade de Coimbra, com eles foi para esta cidade, em 1876, onde se licenciou em Direito.

Seguiu, então, para o Oriente, a 18 de Janeiro de 1898, onde exerceu o seu episcopado até 8 de Abril de 1901, consagrando-se ao *munus* pastoral, tendo fundado missões na China e uma em Macau. Regressou ao Continente nesse mesmo ano, por alegados motivos de saúde, pelo que veto a ser substituído por D. João Paulino, naquela Praça portuguesa.

Foi, depois, transferido para Angra, tomando posse da diocese, a 16 de Agosto de 1902, datando de 17 de Novembro seguinte a sua pastoral de saudação aos diocesanos. Em outra circular, de 5 de Maio, recordou aos párocos que era dever deles auxiliar os esforços da "Comissão de Vigilância e Defesa dos Interesses do Distrito de Angra", que fora eleita em Março anterior, a fim de averiguar dos factores que deram origem à terrível crise económica por que estavam a passar no distrito.

A 25 de Junho, publicou nova pastoral, acerca do falecimento do papa Leão XIII, recomendando a celebração de exéquias. A 10 de Agosto desse mesmo ano, tornou obrigatória no seminário a aula de Música e Canto Gregoriano. Noutra provisão, aprovou o regulamento do seminário, mandando publicá-lo no *Boletim Eclesiástico*.

Estava no Paço quando faleceu, na noite de 24 de Abril de 1904. O seu funeral, muito solene, teve a acompanhá-lo uma força militar, que deu as descargas do estilo ao batizar do corpo à sepultura, a par do troar das salvas pela artilharia do Castelo de S. João Baptista.



*D. José Correia Cardoso Monteiro, 32.º bispo de Angra,*

estudou Teologia na Universidade de Coimbra. Optando por restar na diocese do Porto, exerceu o ensino no seminário desta cidade, tendo ascendido às dignidades de chantre, em 1890, e de provisor, em 1894.

É apresentado como bispo de Angra em 1904, onde chega em Julho de 1905, depois de ter sido confirmado pela Santa Sé no mesmo ano. Foi um dos promotores do jornal o *Carreto das Açores*, iniciado em 1908. Imbuído de um espírito conservador, é um crítico do espírito descrente que reina, que considera fruto do materialismo e do ateísmo.

Aquando do regêido, dirigiu ao clero uma circular datada de 3 de Fevereiro de 1908, ordenando os devidos sufrágios em cada paróquia. Por espaço de oito dias e pela mesma razão, não houve despachos nos tribunais e repartições eclesiásticas, ordenando ainda luto por três meses. Sempre muito doente, contraiu uma pleurestia em dia da festa do Sagrado Coração de Jesus, falecendo em 20 de Junho de 1910, tendo-se-lhe feito solene préstito fúnebre.

Foi este o último prelado do regime monárquico. Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, uma nova época começava, se bem que, igualmente, repleta de perturbações e pesadelos políticos e sociais. A diocese de Angra só veto a ter novo bispo 5 anos depois, com D. Manuel Damasceno da Costa.

## RETRATOS dos BISPOS de ANGRA

# bispos

### 33. D. Manuel Damasceno Costa

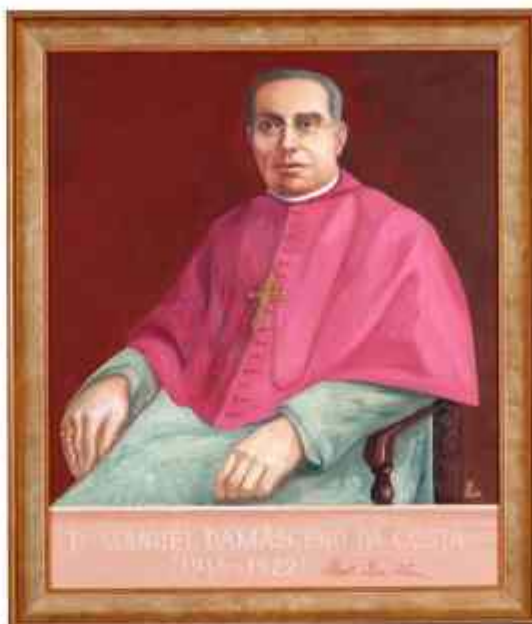
acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 749

### 34. D. António Augusto de Castro Meireles

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 750

### 35. D. Guilherme Augusto Inácio da Cunha Guimarães

Oleogravura, A. Alves, 1954  
inv. SCAH 751



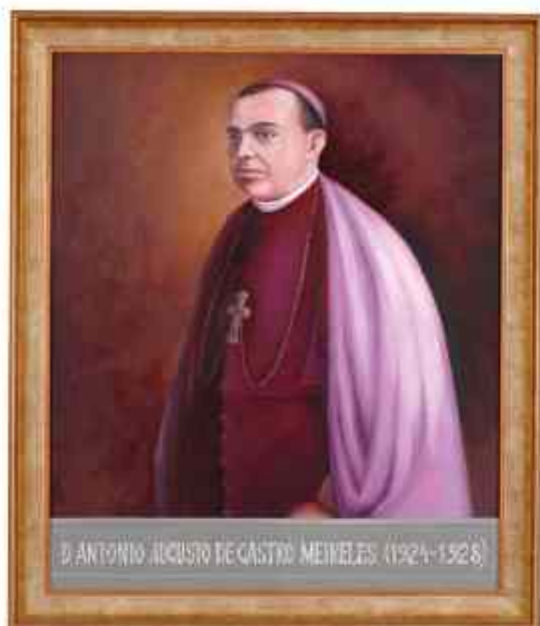
### D. Manuel Damasceno da Costa, 33.º bispo de Angra,

era filho de António da Costa Rato e de D. Maria do Carmo Damasceno. Matriculou-se, no Seminário da Guarda, onde cursou Teologia. Em 1888, foi para Coimbra onde esteve sob a protecção de um tio, Manuel de Jesus Lino, lente de Teologia da Universidade. A 20 de Setembro de 1890, recebeu a ordem do presbiterado na Sé da Guarda e, após ter-se licenciado, em 1893, ensinou Filosofia e História Eclesiástica no seminário desta cidade.

Foi nomeado para a diocese de Angra, pela bula *Commissum humilltati nostrae* de Bento XV, datada de 2 de Outubro de 1914, em substituição de D. José Correta C. Monteiro. A 11 de Abril de 1915, recebeu a sagração episcopal na Catedral de Viseu, embarcando, no dia 20 deste mês e ano, para os Açores. Chegado a Ponta Delgada a 25, foi feita, no dia seguinte, uma recepção na sede da diocese, em Angra, que estava sem bispo havia cinco anos.

Nos finais de 1918, publicou o *Regulamento Diocesano acerca da Prêgação* e normalizou as *Conferências Eclesiásticas*, com uma instrução pastoral acerca do dever eleitoral e contra o erro da abstenção comodista. Neste seguimento, fundou, em S. Miguel, o semanário *A Actualidade* e auxiliou a manutenção das publicações que já existiam: em Angra, *A Verdade* e o boletim paroquial *A Cruz*; em S. Miguel, *A Crença*, favorecendo ainda o surgimento de *O Dever*, *os Sinos da Aldeia* e *O Semeador*. Propôs um projecto do novo seminário, dado o aumento constante do número de alunos e preparou a visita às duas ilhas em falta, que parece não ter chegado a concretizar.

A sua última visita pastoral foi ao Fatal, de que saiu uma instrução referindo-se, em termos elogiosos, à Juventude Católica. O documento - tido como seu testamento - veio a ser a instrução pastoral sobre a celebração do Santo Sacrifício da Missa e a Recitação do Offício Divino, publicada já após a sua morte, alegadamente, acelerada por um triste incidente em Janeiro de 1922.



**D. António Augusto de Castro Meireles, 34.º bispo de Angra,**

foi admitido, em 1900, no seminário de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos, matriculando-se três anos depois nos estudos teológicos do Seminário Diocesano do Porto. Em 1915, foi eleito deputado, por Oliveira de Azeméis, sendo o primeiro representante dos católicos portugueses no parlamento.

Em 1924, foi nomeado bispo de Angra, onde permaneceu até 1928. No seu mandato, a diocese adquiriu o jornal *A União*, de Angra do Heroísmo, e a *Democrata*, da Horta. Organizou a Comissão Diocesana do Centro Católico que apresentou um candidato a senador às eleições de 1925, pelo círculo de Angra, o qual não foi, contudo, eleito. Criou o Círculo de Estudos Realejo João Baptista Machado, organizou turnos de Exercícios Espirituais para o clero e promoveu conferências quaresmais. Em Ponta Delgada, fundou o Colégio Sena Freitas, para a instrução primária e secundária, e o do Convento da Esperança, para o sexo feminino. Concebeu ainda a ideia de abrir na Horta uma instituição para recolher, sustentar e educar crianças órfãs e pobres da ilha, denominada Florinhas de S. Francisco.

Na reorganização interna da Igreja, criou uma corporação para gerir os bens pertencentes à Sé, fez aprovar os estatutos capitulares, conforme as determinações do Novo Código, nomeou um cônego Teólogo, para restaurar o ensino homilético, outro Pentecostal e ainda uma Ordem Beneficial.

Reorganizou várias modalidades do culto, nomeadamente o do Espírito Santo e a festa de Cristo-Rei. Realizou também algumas visitas pastorais a algumas ilhas do arquipélago. Satu de Angra, para o Porto, como bispo coadjutor, com o fim de suceder ao que então ocupava o cargo. Possuía a Comenda de Oficialato da Ordem de Cristo (1924) e o título de bispo de Laónia.



**D. Guilherme Augusto Inácio da Cunha Guimarães, 35.º bispo de Angra,**

concluiu o curso de Teologia no Seminário Conciliar de Braga, em 1900, e foi ordenado presbítero no mesmo ano. Serviu nas freguesias de S. Miguel de Sarzedo e S. Miguel do Pereiro, ambas em Guimarães, e, por último, em S. Miguel de Vizela.

Eleito bispo de Angra, em junho de 1928, foi sagrado na Igreja de S. Francisco, em Guimarães, fazendo, poucos dias depois, a entrada na diocese, onde permaneceu 29 anos.

Ocupou-se sobremaneira do Seminário, então em fase de obras, exercendo acção pastoral e proferindo algumas alocuções ao clero reunido por ocasião das conferências eclesásticas. Prestou apoio à obra lançada por um grupo de sacerdotes para criação de um Monitório Eclesiástico Açoriano, sem deixar de recomendar a Caixa de Previdência do Clero Português, aprovada por alvará de 21 de Novembro de 1939 do subsecretário Estado das Corporações. Também introduziu ligeiras alterações ao estatuto da Associação de Sufrágios Mútuos, aprovado por provisão de 25 de Maio de 1895 do bispo D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito. Diligentou e obteve, em Lisboa, a criação da secção agrícola católica. Também por influência sua, a Obra do Galato foi instalada nos Açores.

Com a vinda do coadjutor, D. Guilherme, já muito doente, retirou-se praticamente da vida activa da sua diocese, vindo a falecer a 17 de Junho de 1957, em Pevidem, onde se efectuaram solenes exéquias. Pastor exímio, distinguiu-se, principalmente, pela sua dedicação à Eucaristia e à obra da formação seminarística.

## RETRATOS DOS BISPOS DE ANGRA

# bispos

### 36. D. Manuel Afonso de Carvalho

Oleogravura, A. Alves, 1960  
inv. SCAH 752

### 37. D. Aurélio Granada Escudero

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 753

### 38. D. António de Sousa Braga

acrílico s/ tela, Sergey Ilchenko, 2004  
inv. SCAH 754



### D. Manuel Afonso de Carvalho, 36.º bispo de Angra.

foi ordenado presbítero em 1936, em Braga, e estudou em Roma, onde se licenciou em Direito Canónico, em 1939. Em 1953, Pio XII nomeou-o bispo de Rodosto e coadjutor de Angra, sendo sagrado na Sé de Braga.

Começou logo a governar a diocese, mas só sucedeu a D. Guilherme da Cunha Guimarães, com a morte deste, em 1957. O seu governo foi muito controverso, por algumas das medidas que tomou, ainda que se tenha de admitir que logo de início tenha tido uma acção dinâmica. Nomeou cônegos para a Sé (1956), cujo cabido havia muito estava reduzido a uma dignidade; fundou um Pós Seminário destinado à formação especial dos novos padres; descentralizou o Seminário de Angra, criando um Seminário Menor, intitulado de Santo Cristo (1956), em Ponta Delgada, o que lhe valeu grande antipatia em Angra; elevou a santuários as Igreja do Senhor Santo Cristo (1959), em Ponta Delgada e do Bom Jesus Milagroso (1962), no Pico; organizou comissões especializadas de arte sacra, liturgia, música e arte religiosa.

Em 1959, publicou disposições, sobre o culto do Divino Espírito Santo, que levantaram uma autêntica tempestade, principalmente na Terceira, e lhe valeram os maiores dissabores e vexames, por terem sido consideradas atentatórias da tradição popular.

Tomou parte do concílio Vaticano II, em 1962, em Roma, cujos ecos tiveram, em 1970, consequências muito graves no Seminário de Angra, que culminaram com o abandono desta instituição por parte de professores e de vários alunos do último ano, em sinal de protesto pela inércia que ali se mantinha. Na sequência de tal ocorrência, várias figuras eminentes do clero abandonaram a diocese e mesmo a vida eclesial. Em 1976, foi nomeado um bispo coadjutor, D. Aurélio Granada Escudero.

*Manuel Afonso de Carvalho, bispo de Angra*



*D. Aurélio Granada Escudeiro, 37.º btspo de Angra.*

estudou nos seminários de Gavão, Alcatraz e Olivais, sendo ordenado presbítero a 17 de Janeiro de 1943, em Portalegre. Foi também redactor principal do seminário *Reconquista*. Dirigiu a nível nacional as Obras Católicas Portuguesas para as Migrações e, nessa condição, participou em congressos e outras reuniões internacionais na Europa, nos Estados Unidos e Canadá.

Eleito bispo titular de Drustiana e coadjutor de Angra a 18 de Março de 1974, foi sagrado em Alcatraz, a 26 de Maio de 1974, e entrou na sede episcopal de Angra a 19 de Junho. Como coadjutor, aprovou o Estatuto do Conselho Presbiteral, com o Secretariado Regional para a Pastoral das Migrações, a 5 de Fevereiro de 1975, e a Comissão Diocesana para a Comunicação Social, a 22 de Abril de 1976. Aquando da descolonização e consequente retorno dos desalojados das colónias, criou uma nova Comissão Diocesana de Ajuda aos Refugiados.

A 30 de Junho de 1979, após o falecimento do seu antecessor D. Manuel Afonso de Carvalho, foi nomeado bispo residente de Angra. O seu episcopado foi marcado por dois graves e agitados períodos. O primeiro ocorreu aquando dos acontecimentos políticos que se seguiram à revolução de 25 de Abril e que provocaram nos Açores um clima de insurreição, em 1975. Alguns sacerdotes haviam participado activamente na política da revolução e sendo pedida publicamente a sua saída da diocese, no seguimento desta insurreição, o bispo acedeu e fê-los abandonar a diocese. O segundo ficou a dever-se ao sismo de 1980 que arruinou e destruiu a maior parte das igrejas da ilha Terceira e muitas de S. Jorge e Graciosa, destruído a própria catedral. Foi D. Aurélio incansável na angariação de meios para a reconstrução desse património, levando a bom porto, com a colaboração do Governo Regional, tal desígnio.

Em 1996, passou a bispo emérito da diocese de Angra, afastando-se para a sua terra natal.

*Aurélio, Bispo de Angra.*



*D. António de Sousa Braga, 38.º btspo de Angra.*

nasceu na freguesia de Santo Espírito, ilha de Santa Maria a 15 de Março de 1941, no seio de uma numerosa família. Realizou os estudos secundários no Colégio Missionário dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, no Funchal, e no Seminário dos Montes Claros, em Coimbra, entre 1954 e 1961. Recebeu o noviciado em Avetru, em 1961, o diaconado e o presbiterado, em 1970. A sua primeira missa foi celebrada na freguesia natal.

Licenciou-se em Teologia (1966/70) e em Doutrina Social da Igreja (1970/73), na Universidade Gregoriana de Roma. Na Província Portuguesa dos Sacerdotes do Coração de Jesus, desempenhou vários cargos. Em 1973, foi formador do Seminário Maior de Alfragide, Lisboa, e Superior da mesma instituição de 1983 a 1991, acumulando com a função de pároco da mesma localidade.

Foi nomeado Conselheiro Provincial, em 1974, e Superior Provincial da Congregação dos Dehonianos, de 1976 a 1982. Neste ano, no Funchal, exerceu o cargo de Conselheiro Provincial e Superior do Colégio Missionário do Sagrado Coração. Durante a realização do Capítulo Geral da Congregação, em 1991, foi eleito Vice Superior Geral, cargo que exerceu até ser escolhido para bispo da diocese de Angra, em 9 de Abril de 1996. Foi ordenado em Angra do Heroísmo, no dia 30 de Junho do mesmo ano.

RETRATOS <sup>1</sup> BISPOS  
2 ANGRA

175 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA  
bispos

# bispos

17 - Outubro - 2009  
31 - Janeiro - 2010

*Museu de Angra do Heroísmo  
Sala do Capitão*



Governo dos Açores

PRIMEIROS-DE-MAIO  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Museu de Angra do Heroísmo

MAH

RETRATOS DE | DOS BISPOS  
ANGRA

475 ANOS DA DIOCESE DE ANGRA

Bispos